



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A
REALIZAR-SE NO DIA 31 DE MAIO
DE 2016 EM ATENDIMENTO À
INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE
DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09)
E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE
DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).**

Statkraft Energias Renováveis S.A.
31 May 2016



Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS.....	3
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9ª DA ICVM 481/09) 3	
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUVER.....	3
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 3	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09.	4
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOUVER.	4
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS	4
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	4
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015;	4
2.1.2	APRECIAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015;.....	5
2.1.3	PROPOSTA DE ELEIÇÃO/RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL.....	5
2.1.3.1	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
2.1.3.2	CONSELHO FISCAL.....	5
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	6
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA 6	

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2015 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 20 de maio de 2016 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 30 de maio de 2016. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 20 de maio 2016, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

A Statkraft apurou prejuízo no exercício de R\$ 60.402 mil.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 19 de maio de 2016 recomendou ao Conselho da Administração, das Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2015.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1 Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 20 de maio de 2016 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 30 de maio de 2016. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2 **Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Statkraft apurou prejuízo de R\$ 60.402 mil.

Proposta da Administração

Tendo em vista o prejuízo realizado no exercício 2015, o valor será transferido para a conta de lucros/prejuízos acumulados.

2.1.3 **Proposta de eleição/recondução dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

2.1.3.1 **Conselho de Administração**

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **ASBJORN GRUNDT, KJERSTI RONNINGEN** e **AUSTIN LAINE POWELL**, para o cargo de membros titular do Conselho de Administração da Companhia; e **TRON ENGBRETHSEN**, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, além de indicar **SIMEN BRAEIN** e **LAURENT GONZALO**, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **RUY NAGANO**, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; **ANGELO NONATO DE SOUSA LIMA** para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, além de indicar **LUCIMARA MORAIS LIMA** para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia. Restando vago o cargo de membro suplente do Conselho de Administração, a ser indicado pelo acionista FUNCEF em Assembleia futura.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.3.2 **Conselho Fiscal**

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **RODRIGO PINHEIRO MACHADO FERNANDES MAIA**, para o cargo de membros titular do Conselho Fiscal da Companhia; **PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, além de indicar **JOSÉ PEDRO DE BARROS PRADEZ**, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia e **EDGAR DA SILVA**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais indicará **HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA**, para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia e **SAULO MACEDO FREITAS** para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social da Statkraft cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM n° 481/2009 e instrução CVM n° 480/2009, estão incluídas no anexo II dessa Proposta.

Proposta da Administração

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2016 até 30 de abril de 2017, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 6.017.170,24. Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 a verba anual prevista é R\$ 229.893,15, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 a verba anual prevista é R\$ 293.173,20, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 a verba anual prevista é R\$ 5.494.103,89, incluída a contribuição patronal à previdência social, além de benefícios.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrado no item 13.16 do anexo II.

- ANEXO I -

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2015 foi, sem dúvida, um ano que marcou uma nova fase para nossa Companhia. Diversos eventos ocorreram e ações foram implementadas pelo *management* e acionistas visando fortalecer os fundamentos da Companhia na busca por resultados melhores.

Através do Fato Relevante divulgado pela Companhia no dia 13 de julho, foi informada a conclusão da operação de consolidação do controle da Statkraft Energias Renováveis S.A., na qual o Grupo Statkraft, por meio da Statkraft Investimentos Ltda ampliou sua participação acionária para 81,3% e a FUNCEF manteve sua participação de 18,7%.

Na mesma data, os acionistas capitalizaram a Companhia em R\$ 119 milhões, que somados aos R\$ 36 milhões aportado em maio, totalizaram R\$ 155 milhões. Os recursos foram utilizados para o pagamento antecipado das duas emissões de debêntures da Statkraft Energias Renováveis S.A., liquidadas nos dias 31 de julho e 10 de agosto, melhorando, assim, a estrutura de capital e o perfil de endividamento da Companhia.

Também com o objetivo da melhora dos índices de alavancagem e perfil de dívida da Companhia, os recursos da venda dos ativos de transmissão, operação concluída no dia 21 de agosto de 2015, foram utilizados para liquidação antecipada da dívida da subsidiária Energen, ocorrida ao longo do mês de setembro e que eliminou a exposição cambial da Companhia.

Outros dois eventos importantes decorrentes da conclusão da operação de consolidação do controle foi a transferência do controle da Enercasa Energia Caiuá S.A., detentora da Usina Termelétrica Enercasa, para o Grupo Jackson através do fundo Caixa FIP Cevix, eliminando assim os custos de hibernação deste projeto, devido à falta da matéria prima e os riscos de continuidade do mesmo, bem como a constituição de conta reserva no valor de R\$ 38,6 milhões, referente à contingência para arbitragem em andamento sobre a BBE (Brasil Bioenergia) de responsabilidade do ex-acionista.

Como forma de assegurar o funcionamento da Companhia em linha com o modelo operacional da Statkraft e garantir uma transição segura e sólida, imediatamente após a finalização da operação, deu-se início ao Projeto de Integração. O objetivo do Projeto de Integração visa capturar as sinergias com o grupo Statkraft e a melhoria de processos, controles e eficiência, bem como dar maior foco de *compliance* e governança, para garantir melhores resultados aos acionistas da Companhia. A nova estrutura organizacional e legal foi definida e uma nova equipe de gestão estabelecida. A comunicação interna extensiva tem sido enfatizada visando assegurar a transparência e previsibilidade no processo com todos os nossos colaboradores, órgãos de assessoramento ao Conselho e Acionistas.

Uma das principais ocupações durante a transição era a manutenção das atividades diárias necessárias para a execução de negócios. Foi necessário extraordinário esforço da organização para lidar com este duplo desafio.

A integração operacional com a unidade de Comercialização de Energia da Statkraft no Brasil foi concluída, trazendo maior foco e especialização na gestão da energia gerada pelas nossas plantas. Combinada com a melhoria do desempenho operacional, através do aumento da disponibilidade dos nossos ativos, trarão melhores resultados.

A Companhia adicionalmente finalizou a implementação dos processos e sistemas de gestão da Statkraft, que também possuem foco na integridade e transparência. Nesse sentido, políticas foram implantadas e são mensalmente monitoradas através de ferramentas de controles. Está em andamento a estruturação de uma área de *compliance* que será um passo importante para o fortalecimento da estrutura no Brasil.

Finalizada também a integração de sistemas de TI, através da migração de todos os usuários para a plataforma global da Statkraft.

Ao final de 2015 foi estruturada uma Diretoria Regulatória que apoiará a Statkraft no Brasil, além de aumentar a visibilidade do Grupo perante seu público alvo, através de comunicação e participação em associações.

Como uma segunda fase do projeto de integração, avançarão os trabalhos de análise da organização e as interfaces entre as diferentes unidades com o objetivo de fortalecer ainda mais as capacidades organizacionais da Companhia.

Referente ao resultado econômico da Companhia do ano de 2015, os mesmos foram fortemente afetados por eventos extraordinários, tais como **(i)** a variação cambial passiva líquida, no valor de R\$ 48,7 milhões, incidente sobre o endividamento bancário da subsidiária Energen, **(ii)** as perdas e provisões para contingências futuras, no valor de R\$ 32,4 milhões referente a operação de venda dos ativos de transmissão, **(iii)** a Reclassificação contábil do custo de desenvolvimento de projetos anteriormente alocados no Ativo Intangível, no valor de R\$ 16,4 milhões, e **(iv)** a Baixa contábil de tributos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 38,4 milhões. Com relação ao risco do mercado de curto prazo, o qual inclui o GSF, decorrente da situação hidrológica que o Brasil vivencia, a Companhia vem adotando ações de mitigação destes impactos, tais como a otimização da sazonalização da garantia física combinada com a retirada de duas plantas do MRE e adesão à Lei 13.203 de 09 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684 da Aneel, a qual disciplina a repactuação do risco hidrológico, optando pelo produto SP100.

Entramos em 2016 com uma expectativa positiva para os nossos resultados, uma vez que foram reconhecidos e eliminados vários fatores de risco e diversas melhorias de gestão foram implementadas.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Ao longo de 2015, realizamos o pagamento antecipado de toda a dívida bancária da Holding, a qual era atrelada ao CDI, bem como pagamos antecipadamente a dívida bancária da nossa subsidiária Energen, a qual era atrelada ao Dólar Norte Americano. Em ambas as situações a Companhia estava exposta, uma vez que suas receitas são corrigidas por índices de inflação, e em moeda local.

O pagamento antecipado foi possível graças aos eventos de liquidez ocorridos sendo (i) aporte de capital no valor de R\$ 155 milhões e (ii) operação de venda dos ativos de transmissão (MGE e Goiás), no valor de R\$ 151 milhões.

A redução do nível de endividamento trouxe melhora para a estrutura de capital, sendo que nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 0,45 em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, esta mesma relação era de 1,15.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$ 682.012 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 771.680 mil em 31 de dezembro de 2015. Esta variação se deu por força do (i) aumento de capital, no valor de R\$ 155.000 mil, compensado parcialmente pelo (ii) prejuízo apurado do exercício social de 2015, cujo valor foi de R\$ 63.770 mil excluindo participação de não controladores, (iii) além da redução de R\$ 1.562 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida líquida somava R\$ 350 milhões, representando redução 55% na comparação com 31 de dezembro 2014, quando a dívida líquida somava R\$ 783,7 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

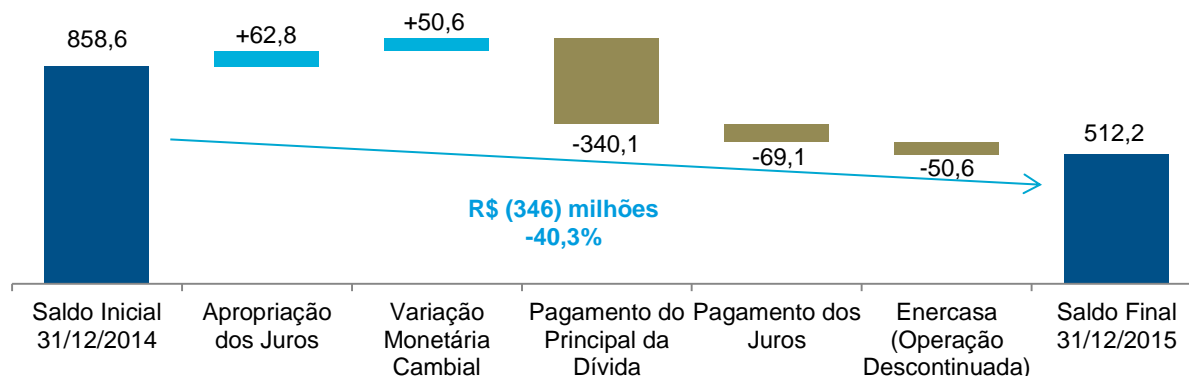
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	858.602	512.280	-346.322	-40,3
- Financiamento de obras - BNDES	342.140	260.322	-81.818	-23,9
- Financiamento de obras – BNB	259.414	251.825	-7.589	-2,9
- Financiamento de obras – CDB	114.105	-	-114.105	-100,0
- Debêntures – Holding	124.675	-	-124.675	-100,0
- Capital de giro - Holding	18.166	-	-18.166	-100,0
- Outros (leasing)	102	133	31	30,4
Caixa e aplicações financeiras	(74.914)	(162.261)	-87.347	116,6
Dívida líquida	783.688	350.019	-433.669	-55,3
EBITDA	148.389	150.045	1.656	1,12
Dívida líquida / EBITDA	5,3	2,3	-3,0	-

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 40,3% ou R\$ 346,3 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) a amortização de R\$ 340 milhões de principal, sendo R\$ 18,3 milhões de empréstimos de capital de giro da Controladora, R\$125 milhões das debêntures, R\$ 32,2 milhões com BNDES, R\$ 7,3 milhões com o BNB e R\$ 157 milhões com o CDB; (ii) o pagamento de R\$ 69,1 milhões de juros, sendo R\$ 22,8 milhões com BNDES, R\$ 17,9 milhões com BNB, R\$ 15,9 milhões com capital de giro e debêntures da

Controladora e R\$ 13,4 milhões com CDB e (iii) destinação da dívida da subsidiária Enercasa para operação descontinuada no valor de R\$ 50,6 milhões, por conta da sua transferência de controle para o Grupo Jackson através do Fundo Caixa FIP Cevix.

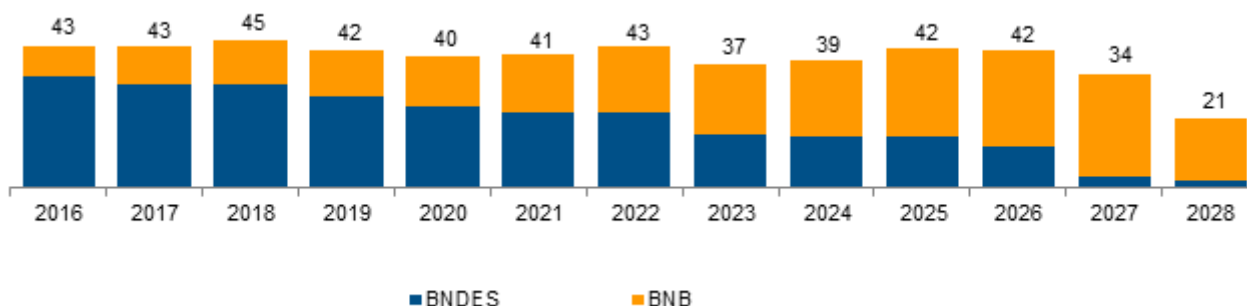


Por outro lado as movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) a variação cambial referente ao empréstimo tomado em dólar pela subsidiária Energen junto ao CDB, no valor de R\$ 50,6 milhões; (ii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 62,8 milhões, sendo R\$ 23,9 milhões com BNDES, R\$ 17,7 milhões com BNB, R\$ 5,7 milhões com CDB, R\$ 15,5 milhões com Debêntures.

Conforme mencionado anteriormente em função do fechamento da operação de consolidação do controle acionário e da capitalização da companhia pelos acionistas em R\$ 119 milhões, ocorrida no dia 13 de julho de 2015, que somados aos R\$ 36 milhões ocorridos em maio, permitiu a Companhia promover a liquidação da dívida da *Holding* (1ª e 2ª emissão de debêntures) no mês de julho e agosto, melhorando ainda mais o perfil de sua dívida e alavancagem.

Adicionalmente, no mês de setembro a Companhia promoveu a liquidação antecipada da dívida da subsidiária Energen com os recursos da venda dos ativos de transmissão, acabando dessa forma com a exposição a variação cambial.

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 512,2 milhões de 31 de dezembro de 2015, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

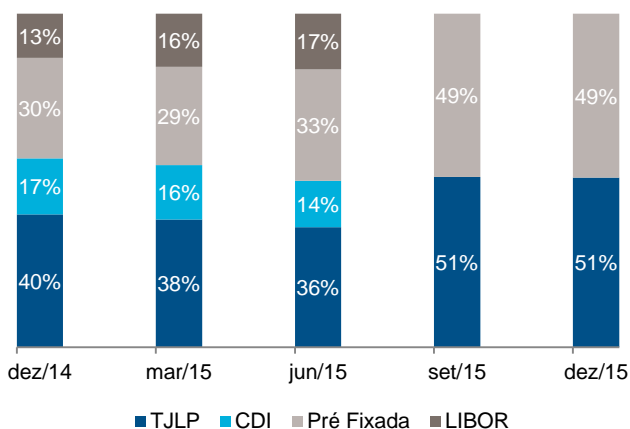


Em dezembro de 2015, em função da liquidação da dívida da Holding a companhia não possui empréstimo indexado ao CDI. Da mesma forma, em função da liquidação da dívida da subsidiária Energen, a Companhia também não possui dívida indexada a LIBOR. No mesmo período, a

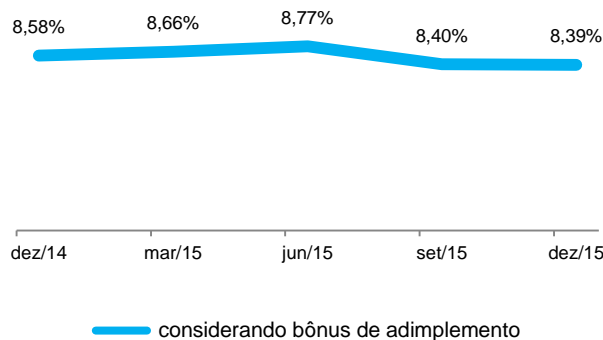
participação da dívida atrelada à TJLP era de 51%, representada pelos empréstimos do BNDES, contra 49% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB.

O custo médio ponderado da dívida bancária apresentou redução apesar do aumento da TJLP para 7% ao ano. A partir de Janeiro 2016 a TJLP passou para 7,5% ao ano.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador

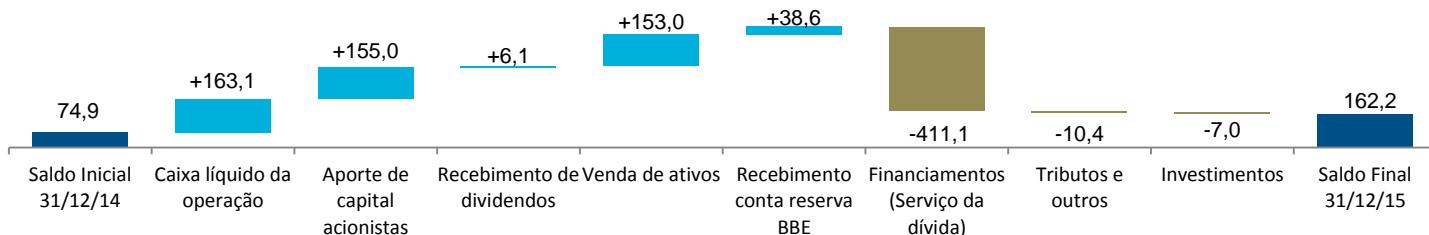


Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 87,3 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 163,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia e participações minoritárias no total de R\$ 6,1 milhões; (iii) venda de ativos no total de R\$ 153,1 milhões; (iv) o recebimento de conta reserva BBE de R\$ 38,6 milhões; e (v) aporte de capital no valor de R\$ 155,0 milhões.



Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 69,1 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 340,1 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 10,4 milhões e (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 7 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 79,9 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 82,3 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, bem como pela constituição de conta reserva para as contingências da BBE.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES**: As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pelo nosso Controlador (aplicável para a Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

- **Contratos de Financiamento BNB**: As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento (já baixada); (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais, cuja baixa ocorreu ao longo de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizados

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas

SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela apresentada abaixo demonstra o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	132.210	144.442
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	52.479	59.648
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5		50.639
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	41.467	44.562
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	16.714	21.770
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	17.452	21.079
			<u>260.322</u>	<u>342.140</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT).

Em 2015, todas as condições restritivas referente índice de cobertura sobre o serviço da dívida (ICSD) dos contratos de financiamentos (covenants) com o BNDES foram atendidas pelas nossas SPE's.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem

assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pelo nosso Controlador (aplicável para a Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita; e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (covenants) vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2015	2014
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	92.069	95.169
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	80.624	82.547
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	79.132	81.698
			<u>251.825</u>	<u>259.414</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os

contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento (já baixado); (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia, as quais foram dado baixa ao longo de 2014.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2015 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Ativo	dez/15	AV	dez/14	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	79.905	5,27%	23.744	1,37%	236,53%
Contas a receber	39.329	2,59%	30.452	1,76%	29,15%
Dividendos a receber	2.192	0,14%	10.934	0,63%	-79,95%
Impostos a recuperar	5.079	0,33%	9.780	0,56%	-48,07%
Estoques	1.970	0,13%	1.233	0,07%	59,77%
Despesas Antecipadas	4.428	0,29%	4.015	0,23%	10,29%
Outros ativos	7.135	0,47%	2.684	0,15%	165,83%
	140.038	9,23%	82.842	4,78%	69,04%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	82.356	5,43%	51.170	2,95%	60,95%
Partes relacionadas	9.846	0,65%	14.061	0,81%	-29,98%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.084	0,60%	30.713	1,77%	-70,42%
Investimentos não controlados ao valor justo	61.330	4,04%	63.698	3,68%	-3,72%
Tributos a recuperar	270	0,02%	269	0,02%	0,37%
Despesas antecipadas MP 688	7.776	0,51%	0	0,00%	-
Contas a receber	30.784	2,03%	23.314	1,35%	32,04%
Outros ativos	177	0,01%	1.355	0,08%	-86,94%
	201.623	13,29%	184.580	10,66%	9,23%
Investimentos	29.387	1,94%	180.990	10,45%	-83,76%
Imobilizado	1.025.744	67,60%	1.142.404	65,95%	-10,21%
Intangível	95.268	6,28%	116.210	6,71%	-18,02%
Propriedades para investimentos	25.250	1,66%	25.237	1,46%	0,05%
	1.175.649	77,48%	1.464.841	84,56%	-19,74%
Total do ativo	1.517.310	100,00%	1.732.263	100,00%	-12,41%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$ 79,9 milhões, apresentando aumento de 236,5% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 23,7 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 163,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos da Passos Maia e participações minoritárias no total de R\$ 6,1 milhões; (iii) venda de ativos no total

de R\$ 153,1 milhões; e (iv) aporte de capital no valor de R\$ 155,0 milhões. Os aumentos foram parcialmente compensados por (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 69,1 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 340,1 milhões; (iii) pagamento de tributos sobre o resultado no valor de R\$ 10,4 milhões e (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 7 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$ 39,3 milhões, apresentando aumento de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 30,4 milhões. O aumento observado é decorrente, principalmente, (i) da reclassificação do não circulante para o circulante do saldo a receber do excedente da geração das Usinas Eólicas Novo Horizonete e Seabra, no valor de R\$ 8,9 milhões; (ii) saldo a receber de mercado de curto prazo por conta de estratégia de sazonalização da alocação de energia das SPE's UHE Monel Monjolinho e PCH Moinho no montante de R\$ 3,4 milhões; (iii) aumento de R\$ 0,4 milhão do contas a receber da Enx-O&M por conta de aumento de carteira de clientes no ano de 2015; sendo parcialmente compensado pela redução do contas a receber das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa em R\$ 1,8 milhão por conta do efeito do GSF.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Dividendos a Receber” atingiu R\$ 2,2 milhões, redução de 80% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 10,9 milhões. A redução é decorrente da provisão para perda à valor recuperável dos dividendos destinado sem 2013 pela investida Goiás Transmissão S/A no valor de R\$ 10,4 milhões.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$ 7,1 milhões, aumento de 166% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 2,7 milhões. O aumento deve-se à constituição de crédito serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos, no valor de R\$ 4,0 milhões, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 140 milhões, apresentando aumento de 69% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 82,9 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 82,3 milhões, aumento de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 51,2 milhões. O aumento é decorrente da constituição de aplicação financeira restrita, no valor de R\$ 38,6 milhões, referente ao recebimento da Jackson Empreendimentos S.A, relacionada à contingência civil do processo de arbitragem da BBE, derivado do fechamento da operação de troca do controle da Companhia. Por outro lado, o aumento foi parcialmente compensado pelo resgate da

aplicação dada em garantia às Debentures 1ª emissão, no valor de R\$ 8,9 milhões, derivado da liquidação antecipada da dívida.

Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo líquido (ativos e passivo) de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” atingiu saldo ativo de R\$ 9,1 milhões, representando redução de 60,5% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu saldo ativo de R\$ 23,0 milhões. A variação é decorrente, principalmente, (i) da baixa de R\$ 22,2 milhões de tributos diferidos na subsidiária Energen, derivados de prejuízo fiscal sem perspectiva de realização fiscal; e (ii) reconhecimento de (R\$ 0,6) milhão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias entre critérios de contabilização fiscal e contábil da subsidiária Enex-O&M.

Investimentos não controlados ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 61,3 milhões, representando redução de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 63,7 milhões. A redução deu-se em função de a Companhia ter efetuado, no 2º trimestre de 2015, reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

Despesas antecipadas - MP 688

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Despesas antecipadas – MP 688” atingiu R\$ 7,7 milhões, não havendo saldo respectivo em 31 de dezembro de 2014. A variação é decorrente da constituição de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Contas a receber” atingiu R\$ 30,8 milhões, representando aumento de 32% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 23,3 milhões. O aumento observado é decorrente unicamente do efeito de geração excedente, acima do contratado, das Usinas Eólicas da Bahia.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 28,4, representando redução de 83,8% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 181,0 milhões. A redução deu-se por conta da venda dos investimentos nas Linhas de Transmissão Goiás e MGE (-R\$ 155,8 milhões). Além deste montante, a linha de mantidos para venda e operação descontinuada foi impactada pela evolução na conclusão da operação de transição de controle da então Desenvix Energias Renováveis S/A, que culminou na transferência da ex-controlada Enercasa Energia Caiuá S/A, e o reconhecimento nesta linha de +R\$ 1,9 milhão.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 1.025,7 milhões, representando redução de 10,2% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.142,4 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do volume de depreciação incorrida em 2015, no valor de R\$ 58,1 milhões, e pela não consolidação em 31 de dezembro de 2015 do

imobilizado da Enercasa S/A – R\$ 67 milhões – que passou a ser tratada contabilmente como uma operação descontinuada, por conta da intenção de transferência ao acionista Jackson S/A.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 95,3 milhões, representando redução de 18% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 116,2 milhões. A redução deu-se pela reclassificação dos custos de desenvolvimento de alguns projetos, anteriormente contabilizados no ativo intangível, para investimentos, no valor de R\$ 14,7 milhões. Tal medida é decorrente do enquadramento à nova política da Companhia e não representa provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfólio de desenvolvimento da Companhia.

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 1.175,6 milhões, apresentando redução de 19,7% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.464,8 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.517,3 milhões, apresentando redução de 12,4% em comparação a 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.732,2 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Passivo e patrimônio líquido	dez/15	AV	dez/14	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	9.446	0,62%	8.701	0,50%	8,56%
Financiamentos	42.736	2,82%	109.646	6,33%	-61,02%
Partes relacionadas	616	0,04%	5.091	0,29%	-87,90%
Concessões a pagar	7.370	0,49%	6.791	0,39%	8,53%
Salários e encargos sociais	6.565	0,43%	6.251	0,36%	5,02%
Impostos e contribuições	19.924	1,31%	15.343	0,89%	29,86%
Imposto de renda e contribuição social	2.756	0,18%	2.814	0,16%	-2,06%
Provisão para contrato de energia	0	0,00%	11.788	0,68%	-100,00%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Outros passivos	52.280	3,45%	43.299	2,50%	20,74%
	141.740	9,34%	209.771	12,11%	-32,43%
Não circulante					
Financiamentos	469.544	30,95%	748.956	43,24%	-37,31%
Imposto de renda diferido	0	0,00%	7.783	0,45%	-100,00%
Concessões a pagar	62.941	4,15%	57.702	3,33%	9,08%
Provisão para perda em investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social	948	0,06%	718	0,04%	100,00%
Impostos e contribuições	1.124	0,07%	851	0,05%	32,08%
Contingências	53.327	3,51%	1.793	0,10%	2874,18%
Outros Passivos	16.005	1,05%	22.677	1,31%	-29,42%
	603.889	39,80%	840.480	48,52%	-28,15%
Total do passivo	745.629	49,14%	1.050.251	60,63%	-29,00%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	880.312	58,02%	725.312	41,87%	21,37%
Ajuste de avaliação patrimonial	29.435	1,94%	30.997	1,79%	-5,04%
Lucros (prejuízos) acumulados	-134.612	-8,87%	-74.211	-4,28%	81,39%
	775.135	51,09%	682.098	39,38%	13,64%
Participação dos não controladores	-3.454	-0,23%	-86	0,00%	3916,28%
Total do patrimônio líquido	771.681	50,86%	682.012	39,37%	13,15%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.517.310	100,00%	1.732.263	100,00%	-12,41%

CIRCULANTE

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 512,3 milhões, apresentando redução de 40,3% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 858,6 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da liquidação das debêntures da controlada e do empréstimo da subsidiária Energen.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2015, não houve saldo de “Provisão para contrato de energia”, redução de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 11,8 milhões. O saldo representava provisão para penalidade na investida Enercasa S/A e, por conta do tratamento deste investimento como operação descontinuada, o valor deixou de figurar nesta linha em 30 de junho de 2015.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 52,3 milhões, apresentando aumento de 20,7% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 43,3 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta do reconhecimento de penalidades e correção por atraso de aporte de capital nas Linhas de Transmissão Goiás e MGE.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 141,7 milhões, apresentando uma redução de 32,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 209,8 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Contingências

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Contingências” atingiu R\$ 53,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 51,5 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1,8 milhões. O aumento desta linha deu-se, essencialmente, pelo reconhecimento de contingências cíveis relacionadas às Linhas de Transmissão Goiás e MGE (+R\$ 9,9 milhões) e a constituição de provisão para contingência civil do processo de arbitragem da BBE, no valor de R\$ 38,6 milhões, para a qual foi constituída aplicação financeira restrita como garantia, oriunda do recebimento da Jackson Empreendimentos S.A.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 603,9 milhões, apresentando uma redução de 28,1% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 840,5 milhões.

Total do passivo

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo” atingiu R\$ 745,6 milhões, apresentando uma redução de 29% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.050,2 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 775,1 milhões, apresentando um aumento de 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 682,1 milhões. O aumento deve-se à integralização de capital realizada pelos acionistas Statkraft e Funcef, no montante de R\$ 155 milhões.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de “Participação dos não controladores” foi negativo em R\$ 3,4 milhões, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2015 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.517,3 milhões, apresentando uma redução de 12,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014, quando atingiu R\$ 1.732,3 milhões.

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

	2015	2014	AH
Operações continuadas			
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	241.486	182.902	32,03%
Serviços prestados	35.941	31.355	14,63%
Receita operacional	277.427	214.257	29,48%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(87.558)	(81.093)	7,97%
Custo dos serviços prestados	(26.993)	(23.106)	16,82%
	(114.551)	(104.199)	9,93%
Lucro bruto	162.876	110.058	47,99%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(61.776)	(34.046)	81,45%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(18)	160	-111,25%
Provisão para perdas em investimentos	(1.217)	(2.375)	-48,76%
Participação nos lucros de controladoras	-	-	#DIV/0!
	(63.011)	(36.261)	73,77%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	99.865	73.797	35,32%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(162.359)	(122.672)	32,35%
Receitas financeiras	38.324	26.521	44,50%
	(124.035)	(96.151)	29,00%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros de coligadas	9.231	12.214	-24,42%
Dividendos recebidos	2.343	3.856	-39,24%
Ganho (perda) na alienação de investimentos	(18.371)	1.244	100,00%
Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	0,00%
	(7.947)	16.164	-149,16%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.117)	(6.190)	418,85%
Imposto de renda e contribuição social	(24.935)	(1.511)	1550,23%
Prejuízo do período proveniente de operações em continuidade	(57.052)	(7.701)	640,84%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(6.718)	(11.827)	-43,20%
Prejuízo líquido do período	(63.770)	(19.528)	226,56%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	(60.402)	(18.956)	218,64%
Participação de não controladores	(3.368)	(572)	488,81%
	(63.770)	(19.528)	226,56%
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações			
De operações continuadas	(0,43745)	(0,06582)	564,62%
De operações descontinuadas	(0,05151)	(0,10108)	-49,04%
	(0,48896)	(0,16690)	192,97%

Receita operacional líquida

Em 2015 a receita operacional líquida total somou R\$ 277 milhões, representando aumento de R\$ 63,1 milhões equivalente a 29,5% na comparação com o ano de 2014, quando o valor foi de R\$ 214 milhões. Tal aumento justifica-se, principalmente, pela (i) correção da receita pela inflação, (ii) melhorias de disponibilidade e de geração e (iii) mitigação dos efeitos do GSF/MRE.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2014	2015	Var %
Receita Líquida Total	214.257	277.427	29,5
Fornecimento de energia	182.902	241.486	32,0
- Venda de energia	208.468	219.974	5,5
- Excedente líquido de geração Eólicas	15.035	13.935	-7,3
- Efeito GSF/MRE	(40.601)	7.577	-118,7
Serviços O&M	30.395	34.914	14,9
Outros serviços	960	1.027	7,0

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia

O aumento de R\$ 11,5 milhões no ano de 2015, equivalente a 5,5%, é decorrente do reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas

A redução de R\$ 1,1 milhão em 2015, equivalente a 7,3% é fruto da combinação do menor regime de ventos e disponibilidade dos parques eólicos, conforme comentado no item Geração e Disponibilidade.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito GSF/MRE

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2015, apesar de menor criticidade em relação a 2014, permanece exigindo atenção em função das baixas afluências observadas nos últimos meses, com exceção da região Sul, o que continua afetando significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF.

Como ações mitigatórias do risco do GSF, a Companhia adotou estratégia de sazonalização, alocando mais energia nos primeiros meses do ano, além de retirar no início do 3T15, duas usinas do MRE, sendo a PCH Passos Maia (participação acionária de 50%) e a PCH Moinho (100%), permitindo o benefício de maior receita da geração adicional à sua garantia física. Além disso, a partir da alteração do controle acionário da Companhia, esta passa a contar com o suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aportará seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou junto à Aneel a carta de adesão à repactuação do risco hidrológico. A adesão diz respeito às usinas Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Santa Rosa S.A. Como efeito econômico desta medida a Companhia efetuou a reversão de R\$ 13,9 milhões de valores contabilizados como efeito do MRE/GSF, favorecendo sua receita operacional líquida. O valor revertido teve como contrapartida a contabilização de um ativo regulatório (Despesas antecipadas) no valor de R\$ 13,9 milhões, dos quais R\$ 3,1 milhões foram reconhecidos como despesa operacional com o seguro regulatório. O saldo remanescente de R\$ 10,8 milhões será apropriado ao resultado dos próximos anos para compensação da despesa com o seguro regulatório, conforme Lei nº 13.203 de 09 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684 da Aneel.

Como resultado, no ano de 2015 o efeito do GSF foi positivo em R\$ 7,5 milhões, sendo que ano anterior o valor foi negativo em R\$ 40,6 milhões.

Em julho/15 a 20ª Vara Federal de Brasília, em ação proposta pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, da qual a Statkraft faz parte, proferiu decisão liminar mediante a qual “determinou à ANEEL que até o trânsito em julgado da presente ação, abstenha-se de proceder ao ajuste do MRE, em relação às associadas da APINE ora substituídas, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto”.

Ressalta-se que as subsidiárias que aderiram à repactuação do risco hidrológico desistiram da ação acima mencionada. Todavia, para as subsidiárias que não aderiram a Lei nº 13.203 a Companhia, de forma conservadora constituiu provisão de ajuste do MRE.

Receita líquida de serviços de O&M

A receita com os serviços de O&M prestados pela subsidiária ENEX apresentou aumento de R\$ 4,5 milhões no ano de 2015, equivalente a 14,9%, decorrente principalmente dos novos contratos firmados, bem como dos reajustes contratuais e faturamento de serviços especiais.

Ao final de 2015 a ENEX operava 2,8 GW, aumento de 21,7% na comparação com o mesmo período de 2014, quando operava 2,3 GW.

RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS

Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Statkraft com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação não controlados integralmente (Passos Maia – 50%).

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No ano de 2015 o custo dos serviços prestados somou R\$ 114,5 milhões, representando aumento de R\$ 10,3 milhões equivalente a 9,9% na comparação com o ano de 2014, quando o valor foi de R\$ 104,2 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2014	2015	Var %
--	------	------	-------

Custo Total	104.199	114.551	9,9
Custo do fornecimento de energia elétrica	81.093	88.046	8,6
- Depreciação e amortização	58.428	58.126	-0,5
- Encargos setoriais	9.228	10.480	13,6
- Custo com compra de energia elétrica	361	1.065	195,0
- Seguro regulatório	-	3.100	100,0
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	13.076	14.787	13,1
Custo dos serviços prestados	23.106	26.993	16,8
- Serviços de O&M	22.607	26.206	15,9
- Outros serviços	499	787	57,7

Depreciação e amortização

A redução observada de 0,5% na comparação entre os anos é fruto da baixa do imobilizado das Usinas do Complexo Eólico da Bahia ocorrido em dezembro de 2014, fator da negociação com fornecedores, além da revisão de taxas de depreciação.

Encargos setoriais

O aumento de 13,6% observado no ano de 2015, na comparação com de 2014, é decorrente de provisão para pagamento de TUST – Taxa do Uso do Sistema de Transmissão, por conta da injeção de energia gerada superior ao limite para obtenção de desconto na taxa das usinas do Complexo Eólico da Bahia, compensada parcialmente pela alteração do método de contabilização da TUST de competência para caixa.

Custo com compra de energia elétrica

Valores apurados em 2015 referem-se à compra de energia da UHE Monjolinho, a partir do contrato firmado com a UHE Dona Francisca, na qual participamos minoritariamente com 2,12% e cujo montante de energia está sendo utilizado para mitigar o efeito do GSF.

Seguro regulatório

O valor observado em 2015 tem origem no seguro regulatório decorrente da repactuação do risco hidrológico (explicado no itens 7 e 9), no montante de R\$ 3,1 milhões.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

O aumento observado no ano de 2015 é decorrente do reajuste por inflação dos serviços de O&M, além dos gastos com materiais e serviços relacionados ao plano de remediação da usina de Barra dos Coqueiros. Adicionalmente houve aumento do escopo do contrato de serviços de O&M prestados pelo fornecedor dos equipamentos do Complexo Eólico da Bahia.

Serviços de O&M

O custo com os serviços de O&M prestados pela subsidiária ENEX apresentou aumento de R\$ 3,6 milhões no ano de 2015, equivalente a 15,9%, decorrente principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos, bem como dos reajustes contratuais e custos referentes à prestação de serviços especiais.

Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Statkraft, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação, além do desenvolvimento de projetos.

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

No ano de 2015 as despesas operacionais atingiram R\$ 61,7 milhões, representando aumento de R\$ 27,5 milhões na comparação com o ano de 2014, equivalente a 80,5%. Este aumento expressivo é explicado pela reclassificação contábil de alguns gastos com projetos em desenvolvimento (de acordo com IFRS) e provisões para contingências futuras (venda das linhas de transmissão e arbitragem com a Brasil BioEnergia, de responsabilidade do antigo acionista). Sem esses efeitos não recorrentes, as despesas operacionais atingiriam R\$ 34,2 milhões, estando em linha na comparação com o ano anterior.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2014	2015	Var %
Despesas (Receitas) Totais	34.206	61.758	80,5
Gerais e Administrativas totais	34.046	61.776	81,4
- Gerais e administrativas	22.099	21.772	-1,5
- Remuneração dos administradores	4.152	3.846	-7,4
- Encargos Setoriais	3.415	3.852	12,8
- Provisão para perda em contrato de energia	1.054	690	-34,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.326	18.584	458,7
- Provisão para perda de recebíveis de serviços de O&M	-	1.138	100,0
- Provisão para contingências	-	11.894	100,0
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	160	(18)	-111,3

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2015 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 21,8 milhões, apresentando uma redução de 1,5% em comparação ao ano de 2014, quando atingiram R\$ 22,1 milhões. A redução é decorrente principalmente (i) da redução nos gastos com publicações legais, no valor de R\$ 1,7 milhão e (ii) da redução da provisão para participação nos resultados, no valor de R\$ 0,7 milhão. A redução observada foi parcialmente compensada pelo aumento das despesas com o projeto de integração, no valor de R\$ 1,0 milhão, além do aumento de despesas com pessoal fruto da transferência de funcionários para a Statkraft Energias Renováveis vindos da Statkraft Energia do Brasil, no valor de R\$ 0,2 milhão.

Honorários da administração

No ano de 2015, a redução de 7,4% na comparação com o ano de 2014, deu-se pela redução na quantidade de Diretores Estatutários remunerados, sendo compensado pelo bônus compensatório por conta da reestruturação administrativa ocorrida após a alteração societária.

Encargos setoriais

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada.

Provisão para perda em contrato de energia

As despesas contemplam provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros pelo déficit de geração de energia, conforme previsto em contrato e a redução do valor está em linha com a melhora da disponibilidade do parque.

Despesas com estudos em desenvolvimento

No 3T15 a Companhia adequou sua metodologia, reclassificando contabilmente R\$ 16,4 milhões de custos de desenvolvimento de alguns projetos anteriormente contabilizados no ativo intangível. Tal medida considera as etapas de desenvolvimento de tais projetos e encontram-se em consonância com IFRS/CPC, não representando provisão para perda, uma vez que os projetos continuam no portfólio de desenvolvimento da Companhia. Também contribuiu a reclassificação de R\$ 1,3 milhão para a conta “Ganho (perda) na alienação de investimentos” referente a aportes nos ativos de transmissão. Desconsiderando esses efeitos não recorrentes as despesas atingiriam R\$ 2,2 milhões, em linha com os gastos do ano de 2014.

Tais despesas contemplam investimentos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A Companhia mantém estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento, para implementação dos mesmos, em condições favoráveis de mercado.

Provisão para perda de recebíveis de serviços de O&M

Constituição de provisão para perda de recebíveis vencíveis da ENEX com prazo superior a 180 dias.

Provisão para contingências

As despesas contemplam provisão para contingências relacionadas à venda dos ativos de Transmissão, no valor de R\$ 10,5 milhões, bem como provisão para contingências trabalhistas da subsidiária ENEX, no valor de R\$ 1,4 milhão.

RESULTADO FINANCEIRO

Conforme ressaltado anteriormente, em função dos eventos de liquidez como o aporte de R\$ 155 milhões no capital da holding e a venda dos ativos de transmissão no valor de R\$ 151 milhões, a Companhia realizou a liquidação antecipada das dívidas da holding e da dívida de uma de suas subsidiárias, indexada em dólares. Essas liquidações trouxeram expressiva melhoria na estrutura de capital e perfil de dívida da Companhia, eliminando também a exposição cambial, que resultou na melhoria do resultado financeiro em 2015.

No ano de 2015 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 124,0 milhões, aumento de R\$ 27,9 milhões, equivalente a 29,0%, na comparação com o ano de 2014, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 96,1 milhões. Tal variação é explicada principalmente pelo aumento da variação cambial passiva, no valor de R\$ 64,4 milhões.

Também o resultado financeiro foi impactado pela provisão para encargos financeiros relacionados com a venda dos ativos de Transmissão, no valor de R\$ 6 milhões.

Com o pagamento antecipado da dívida atrelada ao dólar norte americano, ocorrida no mês de setembro de 2015, a Companhia eliminou os riscos de exposição cambial.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2014	2015	Var %
Despesas financeiras	122.672	162.359	32,4
- Com financiamentos (vi)	72.336	62.631	-13,4
- Cartas de fiança bancária (v)	6.650	2.207	-66,8
- IOF e multa e juros sobre tributos (iv)	3.183	6.490	103,9
- Variações monetárias e cambiais passivas (i)	26.407	64.929	145,9
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	9.144	13.793	50,8
- Outras despesas financeiras (ii)	4.952	12.309	148,6
Receitas financeiras	26.521	38.324	44,5
- Com aplicações financeiras (vii)	5.974	12.336	106,5
- Variações monetárias e cambiais ativas	17.885	17.788	-0,5
- Outras receitas financeiras (viii)	2.662	8.200	208,0
Resultado Financeiro	96.151	124.035	29,0

Despesas financeiras

No ano de 2015 as despesas financeiras atingiram R\$ 162,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 39,7 milhões, equivalente a 32,4% na comparação com o ano de 2014, quando atingiram R\$ 122,7 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento da variação cambial passiva da subsidiária Energen, no valor de R\$ 64,4 milhões, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao China Development Bank (CDB) e que foi liquidado em setembro de 2015; (ii) constituição de provisão para encargos financeiros relacionadas com a venda dos ativos de Transmissão; (iii) do aumento dos gastos com concessões, decorrente da variação do IGPM com reflexo no saldo da UBP da subsidiária Monjolino; (iv) do aumento das despesas com IOF, principalmente da constituição e correção de provisão para IOF dos mútuos *intercompany*, ocorridos por força do pagamento da dívida da subsidiária Energen.

Por outro lado, o aumento das despesas financeiras no ano de 2015 foi parcialmente compensado pela (v) redução das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 2,2 milhão, principalmente em função da retirada das fianças contratadas nos financiamentos tomados pela Companhia, bem como fianças corporativas com controladores; e (vi) pela redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento, apesar do aumento da TJLP e CDI.

Receitas financeiras

No ano de 2015 as receitas financeiras atingiram R\$ 38,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 11,8 milhões, equivalente a 44,5% na comparação com o ano de 2014, quando atingiram R\$ 26,5 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (vii) do aumento do rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de recursos; e (viii) da correção do saldo de recebíveis referente ao superávit de geração das Eólicas da Bahia no valor de R\$ 3,0 milhões.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No ano de 2015 o resultado de participações societárias representou perda de R\$ 9,1 milhões, em comparação com um ganho de R\$ 16,1 milhões apurado em 2014.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2014	2015	Var %
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	12.214	9.231	-24,4
- Dividendos recebidos	3.856	2.343	-39,2
- Ganho (perda) na alienação de investimentos	1.244	(18.371)	-1576,8
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
Resultado de participações	16.164	(7.947)	-149,2

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação positiva de R\$ 7,1 milhões devido ao melhor resultado no ano de 2015, quando comparado a 2014. A redução deu-se pela venda dos ativos de Transmissão, que compunham o resultado das participações em 2014, no valor de R\$ 10,1 milhões.

Dividendos recebidos

Composto por dividendos recebidos referentes à participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas – CERAN (5%) e Dona Francisca (2,12%). A redução observada no ano de 2015 é fruto do efeito do GSF, bem como pela redução dos preços da energia contratada pela Usina Dona Francisca.

Ganho (perda) na alienação de investimentos

No ano de 2015 a despesa contempla principalmente provisão para: (i) baixa dos dividendos reconhecidos dos ativos de Transmissão no valor de R\$ 10,6 milhões, por força da venda dos ativos; (ii) perda entre valor de venda e valor contábil dos ativos de transmissão R\$ 4,7 milhões; (iii) perda pela baixa do investimento realizado na subsidiária Enercasa no valor de R\$ 2,9 milhões, por força da transferência do seu controle para o grupo Jackson, através do Fundo Caixa FIP Cevix; (iv) perda pela baixa de investimento realizado na UHE Cubatão, no valor de R\$ 894 mil. A variação foi parcialmente compensada pela reversão de provisão para investimentos nos ativos de transmissão, no valor de R\$ 1,3 milhão.

Amortização de ágio sobre investimento

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No ano de 2015, o imposto de renda e contribuição social somaram R\$ (24,9) milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ (10,3) milhões e por IR diferido no valor de R\$ (14,6) milhões.

Em dezembro/2015 a Companhia reconheceu a baixa de R\$ 38,4 milhões referentes a créditos de tributos diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal, por não haver expectativa de recuperação dos ativos. O saldo é composto por R\$ 32,9 milhões da subsidiária Energen e R\$ 5,5 na holding.

Importante observar que a subsidiária Monjolinho, nos termos da Lei 12.814/2013 ultrapassou o limite superior dos R\$ 78 milhões, dessa forma, terá seu regime tributário alterado a partir de Janeiro de 2016 para Lucro Real.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Nos anos de 2015 e 2014 as operações descontinuadas somaram R\$ (6,7) milhões e R\$ (11,8) milhões, respectivamente, representando o resultado da Enercasa, cujo controle foi transferido para o FIP Cevix em 13 de julho de 2015.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

No ano de 2015 a participação de não controladores foi de R\$ (3.368) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

No ano de 2015 foi registrado prejuízo de R\$ 63,7 milhões, enquanto que no ano de 2014 apuramos prejuízo de R\$ 19,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para o efeito negativo da variação cambial passiva de R\$ 64,9 milhões.

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Ativo	dez/14	AV	dez/13	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	23.744	1,37%	28.803	1,65%	-17,56%
Contas a receber	30.452	1,76%	24.177	1,38%	25,95%
Dividendos a receber	10.934	0,63%	10.654	0,61%	2,63%
Impostos a recuperar	9.780	0,56%	6.459	0,37%	51,42%
Estoques	1.233	0,07%	1.052	0,06%	17,21%
Despesas Antecipadas	4.015	0,23%	7.332	0,42%	-45,24%
Outros ativos	2.684	0,15%	2.100	0,12%	27,81%
Investimento mantidos para venda	0	0,00%	3.060	0,17%	-100,00%
	82.842	4,78%	83.637	4,78%	-0,95%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	51.170	2,95%	52.119	2,98%	-1,82%
Partes relacionadas	14.061	0,81%	26.824	1,53%	-47,58%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.713	1,77%	23.768	1,36%	29,22%
Investimentos ao valor justo	63.698	3,68%	66.677	3,81%	-4,47%
Tributos a recuperar	269	0,02%	263	0,02%	2,28%
Contas a Receber	23.314	1,35%	8.015	0,46%	190,88%
Outros ativos	1.355	0,08%	427	0,02%	217,33%
	184.580	10,66%	178.093	10,18%	3,64%
Investimentos	180.990	10,45%	150.556	8,61%	20,21%
Imobilizado	1.142.404	65,95%	1.194.631	68,30%	-4,37%
Intangível	116.210	6,71%	117.047	6,69%	-0,72%
Propriedades para investimentos	25.237	1,46%	25.208	1,44%	0,12%
	1.464.841	84,56%	1.487.442	85,04%	-1,52%
Total do ativo	1.732.263	100,00%	1.749.172	100,00%	-0,97%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$ 23,7 milhões, apresentando redução de 17,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$ 28,8 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) investimentos através de aporte de capital no valor de R\$ 18,7 milhões realizado nas subsidiárias MGE e Goiás Transmissão S.A., (ii) pagamento à fornecedor referente ao encerramento do contrato de implantação do Complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$ 24,3 milhões, (iii) pagamento de impostos no montante de R\$ 10,9 milhões, (iv) investimentos em ativo imobilizado nas subsidiárias no montante de R\$ 4,0 milhões, e (v) R\$ 199,7 como resultado líquido do fluxo de financiamentos.

Por outro lado, contribuiu para mitigar a redução do saldo de caixa (i) o aporte de capital, no valor de R\$ 60,0 milhões, realizado pelos Acionistas da Desenvix nos meses de fevereiro e dezembro, (ii) a venda da participação de 6,25% da Companhia no FIP Energias Renováveis, pelo valor de R\$ 4,0 milhões, (iii) o recebimento de R\$ 15,8 milhões de recebíveis de acionista no mês de dezembro e (iv) o resultado positivo líquido das entradas e saídas operacionais no valor de R\$ 171,8 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$30,5 milhões, apresentando aumento de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$24,2 milhões. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) aumento do saldo a receber pela geração de energia excedente ao contrato de venda de energia elétrica das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$3,2 milhões e (ii) pela subsidiária ENEX tendo em vista o aumento do número de contrato de prestação de serviços de O&M, no valor de R\$1,8 milhão.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Dividendos a receber” atingiu R\$10,9 milhões, apresentando um aumento de 2,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$10,7 milhão. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento de dividendos a receber da subsidiária Passos Maia Energética S.A. referente ao exercício social de 2014, no valor de R\$ 280 mil.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$9,8 milhões, apresentando um aumento de 51,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$6,5 milhões. Esta variação decorre do aumento da recuperação de PIS e COFINS, principalmente na subsidiária ENERGEN, devido a uma reclassificação de IR sobre remessa ao exterior referente ao pagamento das parcelas do financiamento junto ao CDB (China Development Bank).

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Despesas Antecipadas” atingiu R\$4,0 milhões, redução de 45,2% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,3 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pela redução de R\$1,6 milhão do saldo das despesas com IPO da Desenvix Controladora e (ii) retirada da necessidade de apresentação de Carta Fiança nas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, no valor total de R\$ 1,8milhão.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$2,7 milhões, aumento de 27,8% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$2,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pelo aumento de R\$863 mil fruto do pagamento a maior dos juros das Debentures da 1ª emissão e despesas conta e ordem clientes da Desenvix Controladora e (ii) provisão pela subsidiária Esmeralda dos seguros de Risco Civil e Operacional. Por outro lado, mitigou para a redução do saldo de “Outros Ativos” o recebimento, pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, das NFs do fornecedor Alston no valor total de R\$1,2 milhão.

Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” foi nulo, enquanto que em de 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$3,1 milhões. Esta variação decorre da baixa do projeto FIP Energias Renováveis S.A., devido a sua venda.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$82,8 milhões, apresentando uma redução de 0,9% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$83,6 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$51,2 milhões, apresentando uma redução de 1,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$52,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da redução do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$2,0 milhões, em nome da Desenvix Controladora, decorrente da redução do principal do contrato de emissão das Debêntures. Sendo compensado pelo aumento do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$1,6 milhões, em nome das usinas do Complexo Eólico da Bahia, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB, bem como pelo aumento do saldo de “Aplicação financeira restrita” da Monel, no valor de R\$628mil, fruto dos rendimentos sobre aplicação.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$14,1 milhões, apresentando uma redução de 47,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$26,8 milhões. Esta variação decorreu, principalmente pela redução dos recebíveis com o acionista Jackson.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda diferido” foi de R\$30,7 milhões, apresentando um aumento de 29,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$23,8 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento do Imposto de renda diferido da subsidiária Energen, devido a variação cambial passiva e prejuízo fiscal no período o que contribuiu para o aumento em R\$9,8 milhões do saldo do “Imposto de renda diferido”.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos em entidades não controladas ao valor justo” atingiu R\$63,7 milhões, apresentando uma redução de 4,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$66,7 milhões. Esta variação decorre principalmente da avaliação ao valor justo das Usinas Dona Francisca Energética S/A e CERAN.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$23,3 milhões, apresentando um aumento de 190,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$8,0 milhões. O valor representa a constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Seabra (R\$6,6 milhões), Novo Horizonte (R\$4,2 milhões) e Macaúbas (R\$4,5 milhões) referente ao superávit de geração de energia na comparação com o seu Contrato de Venda de Energia.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$1,4 milhões, apresentando um aumento de 217,3% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$427 mil. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Novo Horizonte (R\$ 509mil) e Seabra (R\$540mil) fruto de acordo entre as Subsidiárias e Engevix, onde a última reconhece os valores informados como devidos em razão da autuação sofrida pelas Usinas, emitida pela Prefeitura de Brotas de Macaúbas, em razão do não recolhimento do ISS nas NFs emitidas pela Contratada.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$181 milhões, apresentando um aumento de 20,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$150,6

milhões. Esta variação decorre principalmente dos investimentos realizados necessários para a implantação dos empreendimentos de transmissão de energia Goiás e MGE Transmissão S.A.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.142,4 milhões, apresentando uma redução de 4,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.194,6 milhões. Esta variação decorre principalmente da depreciação do ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$52,7 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Intangível” atingiu R\$116,2 milhões, apresentando redução de 0,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$117,0 milhões. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão para gastos ambientais necessários para manutenção da Licença de Operação, principalmente nas subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Santa Rosa, por força do início de nova vigência das Licenças.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.464,8 milhões, apresentando uma redução de 1,5% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.487,4 milhões.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.732,3 milhões, apresentando uma redução de 0,97% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.749,2 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Passivo e patrimônio líquido	dez/14	AV	dez/13	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	35.771	2,06%	33.260	1,90%	7,55%
Financiamentos	109.646	6,33%	122.751	7,02%	-10,68%
Partes relacionadas	5.091	0,29%	7.363	0,42%	-30,86%
Concessões a pagar	6.791	0,39%	6.500	0,37%	4,48%
Salários e encargos sociais	6.251	0,36%	4.135	0,24%	51,17%
Impostos e contribuições	15.343	0,89%	14.822	0,85%	3,52%
Imposto de renda e contribuição social	2.814	0,16%	6.816	0,39%	-58,71%
Provisão para contrato de energia	11.788	0,68%	7.425	0,42%	58,76%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Outros passivos	16.229	0,94%	17.814	1,02%	-8,90%
	209.771	12,11%	220.933	12,63%	-5,05%
Não circulante					
Financiamentos	748.956	43,24%	800.503	45,76%	-6,44%
Imposto de renda diferido	7.783	0,45%	5.561	0,32%	39,96%
Concessões a pagar	57.702	3,33%	56.538	3,23%	2,06%
Provisão para perda em investimento		0,00%		0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social	718	0,04%		0,00%	100,00%
Impostos e contribuições	851	0,05%	741	0,04%	14,84%
Outros Passivos	24.470	1,41%	21.390	1,22%	14,40%
	840.480	48,52%	884.733	50,58%	-5,00%
Total do passivo	1.050.251	60,63%	1.105.666	63,21%	-5,01%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	725.312	41,87%	665.312	38,04%	9,02%
Ajuste de avaliação patrimonial	30.997	1,79%	32.963	1,88%	-5,96%
Lucros (prejuízos) acumulados	-74.211	-4,28%	-55.255	-3,16%	34,31%
	682.098	39,38%	643.020	36,76%	6,08%
Participação dos não controladores	-86	0,00%	486	0,03%	-117,70%
Total do patrimônio líquido	682.012	39,37%	643.506	36,79%	5,98%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.732.263	100,00%	1.749.172	100,00%	-0,97%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$ 35,8 milhões, apresentando um aumento de 7,55% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$33,3 milhões. Esta variação decorreu do aumento do saldo a pagar a Fornecedores, principalmente (i) constituição de provisão para pagamento do GSF ocorrido em 2014 no valor de R\$27,1 milhões, e por outro lado redução (ii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia em atendimento ao acordo contratual firmado entre Desenvix/Engevix e Alstom que resultou no pagamento de R\$20 milhões ao fornecedor Alstom, (iii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo pagamento de ISS sobre NFs no valor de R\$2,7 milhões; (iv) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pela Baixa de provisão de CUST pré operacional no valor de R\$2,1 milhões e (v) outras variações na ordem de R\$ 329 mil.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$109,6 milhões, apresentando uma redução de 10,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$122,7 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) o pagamento de R\$76 milhões de juros e (ii) o pagamento de R\$123,6 milhões de principal. Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada pela (iii) transferência de parcela a vencer do longo prazo para o curto prazo no total de R\$96,5 milhões; (iv) pela apropriação de encargos financeiros ao resultado no valor de R\$75,9 milhões; e (v) da variação cambial líquida R\$14 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$5 milhões, apresentando uma redução de 30,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da redução do saldo a pagar à Engevix, no valor de R\$1,1 milhão, em função do pagamento realizado de saldo dos contratos de EPC e (ii) pagamento de garantias corporativas à Jackson no valor de R\$1,3 milhão.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$6,7 milhões, apresentando um aumento de 4,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$6,5 milhões. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2014.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$6,2 milhões, apresentando um aumento de 51,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$4,1 milhões. O saldo de “Salários e encargos sociais” é representado pelos compromissos com folha da Controladora e da subsidiária ENEX.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$15,3 milhões, um aumento de 3,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$14,8 milhões, em função principalmente de provisão de IOF a recolher no valor de R\$9,6 milhões sobre as operações de mútuo entre Desenvix e suas subsidiárias.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$2,8 milhões, apresentando uma redução de 58,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$6,8 milhões. Tal variação decorre principalmente do da mudança de tributação da Monel, que a partir de 2014 passou a apurar o resultado sob o regime de lucro presumido.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$11,8 milhões, apresentando um aumento de 58,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) de constituição de provisão no valor de R\$4,4 ocorridos em 2014, em atendimento a aplicação de fator “j” à penalidade, pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, que conforme 3ª Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada em 04 fevereiro de 2014 aprovou proposta de uniformização da cláusula que trata dos critérios de cálculo desta penalidade. O saldo provisionado ao final de 2014 compete aos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$16,2 milhões, apresentando uma redução de 8,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$17,8 milhões. Tal variação decorre do pagamento a CCEE referente a geração de energia ao período de 2012 e 2013 ter sido inferior ao contrato de venda de energia do complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$ 2,2 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Outros passivos” a transferência de longo para curto prazo provisão para gastos com a Licença Ambiental de Operação, no valor de R\$ 1,2 milhões, das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$209,7 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$220,9 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$748,9 milhões, apresentando uma redução de 6,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$800,5 milhões. Esta variação decorre da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$31,3 milhões.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda diferido” atingiu R\$7,8 milhões, apresentando um aumento de 39,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$5,6 milhões. Esta variação decorre principalmente do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 3,9 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB. Por outro lado, a Desenvix baixou o saldo de imposto de renda diferido em função da reversão de ajuste de reavaliação na participação nos empreendimentos Ceran e Dona Francisca no valor de R\$668 mil.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$57,7 milhões, apresentando um aumento de 2,1 % em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$56,5 milhões. Esta variação decorre principalmente da combinação do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2014, além do efeito da correção monetária.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$718 mil, apresentando um aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2013, não havia saldo nesta conta. Esta variação decorre principalmente

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$851 mil, apresentando um aumento de 14,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$741 mil. Esta variação decorre principalmente do saldo a pagar de PIS e COFINS sobre a receita proveniente da receita excedente das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$24,5 milhões, apresentando um aumento de 14,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$21,4 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) reconhecimento dos arrendamentos de terras das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia, de acordo com o CPC 06, no valor de R\$5,6 milhões e da subsidiária Energen no valor de R\$418 mil referente a renovação da LO – Licença de Operação Ambiental. Por outro lado, ocorreu pagamento da provisão para gastos com adequação ambiental das subsidiárias Monel R\$857 mil, Santa Rosa R\$408 mil, Santa Laura R\$398 mil, Moinho R\$296, Esmeralda R\$175 e Enercasa R\$103 mil e (ii) da constituição de provisão, no valor de R\$1,2 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na

comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia e por outro lado reversão em 2014 da provisão de 2013 por geração menor que o contratado no valor de R\$743 mil da subsidiária Macaúbas, (iii) transferência para o circulante da dívida da Moinho com a Engevix em decorrência do saldo do contrato de EPC.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$840,5 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$884,7 milhões.

Total de passivo

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total de passivo” atingiu R\$1.050,3 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.105,7 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 682 milhões, apresentando um aumento de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$643,0 milhões. Tal variação se deve (i) pelo aumento de capital no valor de R\$60.000 milhões de aporte realizado pela acionista Statkraft), (ii) ajuste da avaliação patrimonial da Ceran e Dona Francisca no valor de R\$2 milhões e (ii) prejuízo acumulado de R\$ 55,2 milhões em 2014.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Participação dos não controladores” foi negativo em R\$86 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.732,3 milhões, apresentando uma redução de 0,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.749,2 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013.**

	2014	2013	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	182.903	185.424	-1,36%
Serviços prestados	31.355	25.916	20,99%
Receita operacional	214.258	211.340	1,38%
Custo			
Custo do fornecimento de energia elétrica	-83.592	-85.408	-2,13%
Custo dos serviços prestados	-23.106	-18.242	26,66%
	-106.698	-103.650	2,94%
Lucro (prejuízo) bruto	107.560	107.690	-0,12%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-39.448	-42.506	-7,19%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	160	2.763	-94,21%
	-39.288	-39.743	-1,14%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	68.272	67.947	0,48%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-126.602	-131.665	-3,85%
Receitas financeiras	26.522	19.212	38,05%
	-100.080	-112.453	-11,00%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros de coligadas	12.214	1.307	834,51%
Dividendos recebidos	3.856	2.859	34,87%
Ganho na alienação de investimentos	1.244		100,00%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,00%
	16.164	3.016	435,94%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-15.644	-41.490	-62,29%
Imposto de renda e contribuição social	-3.884	9.000	-143,16%
Lucr (Prejuízo) líquido do exercício	-19.528	-32.490	-39,90%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-18.956	-31.654	-40,11%
Participação de não controladores	-572	-836	-31,58%
	-19.528	-32.490	-39,90%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,16201	-0,27054	-40,12%

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita Operacional Líquida

Em 2014, a receita operacional líquida total somou R\$ 214,3 milhões, representando aumento de 1,4% na comparação com 2013, quando o valor foi de R\$ 211,3 milhões.

Caso não ocorresse o fator exógeno da GSF reduzindo a receita em R\$ 40,5 milhões, a receita líquida seria de R\$ 254,7 milhões, com evolução de 20,5% no ano.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2013	2014	Var %
			2013 x 2014
Receita Líquida Total	211.340	214.258	1,4
- Fornecimento de energia	185.424	182.903	-1,4
- Venda de energia	188.442	208.926	10,9
- Excedente líquido de geração Eólicas	(2.271)	14.439	735,8
- Efeito GSF/MRE	(747)	(40.462)	5.316,6
- Serviços O&M	25.291	30.395	20,2
- Outros serviços	626	960	53,4

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Venda de energia

Em 2014, a receita líquida com venda de energia foi de R\$ 208,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 20,5 milhões, representando crescimento de 10,9% em comparação com 2013, quando a receita líquida com venda de energia foi de R\$ 188,4 milhões. O aumento decorreu (i) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias e (ii) pela adesão das subsidiárias UHE Monjolinho e Eólicas do Complexo da Bahia ao lucro presumido, contribuindo com a redução das deduções sobre o faturamento bruto.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Excedente líquido de geração Eólicas

Em 2014, a receita líquida com o excedente líquido de geração Eólicas foi de R\$ 14,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 16,7 milhões, em comparação com 2013, quando a receita líquida com o deficit líquido de geração Eólicas foi de R\$ (2,3) milhões. O aumento decorreu pelo superávit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no valor líquido total de R\$ 14,4 milhões, sendo que em 2013 o resultado líquido da geração foi um déficit de R\$ 2,3 milhões.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Efeito GSF/MRE

Em 2014, a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi fortemente afetada pelo efeito GSF/MRE em decorrência da crise hídrica a qual que afeta o país. O valor contabilizado em 2014, foi de R\$ 40,5 milhões, contemplando o físico dos meses de 2014, bem como, em menor escala, o valor ocorrido em 2013 das usinas alocadas no PROINFA.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2014, a receita líquida de serviços de O&M prestados pela ENEX foi de R\$ 30,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,1 milhões, representando crescimento de 20,2% em comparação com 2013, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões. O aumento foi decorrente principalmente dos novos contratos firmados, bem como dos reajustes contratuais e faturamento de serviços especiais. Ao final de 2014 a ENEX operava 2,1GW, aumento de 75% na comparação com o mesmo período de 2013, quando operava 1,2GW.

Receita líquida de outros serviços

Em 2014, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 960 mil, enquanto que em 2013 o valor foi de R\$ 626 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação não controlados integralmente pela Desenvix, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2014, o custo dos serviços prestados somou R\$ 106,7 milhões, representando aumento de R\$ 3,0 milhões, equivalente a 2,9% na comparação com 2013, quando o valor foi de R\$ 103,6 milhões. O custo dos serviços prestados representou 49,8% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representou 49,1%, influenciado pelo efeito da GSF na receita.

Excluindo-se o GSF da receita, o custo dos serviços prestados representaria 41,9% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaria 48,9%.

Essa evolução de 2,9% ficou bem abaixo da inflação registrada no mesmo período.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados	2013	2014	Var %
(R\$ mil)			2013 x 2014
Custo Total	103.650	106.698	2,9
- Custo do fornecimento de energia elétrica	85.408	83.592	-2,1
- Depreciação e amortização	65.199	61.470	-5,7
- Encargos setoriais	10.150	10.024	-1,2
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	9.853	12.694	28,8
- Custo com compra de energia elétrica	206	(596)	-389,3
- Custo dos serviços prestados	18.242	23.106	26,7
- Serviços de O&M	17.806	22.720	27,6
- Outros serviços	436	386	-11,5

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização atingiu R\$ 61,5 milhões 2014, redução de 5,7% na comparação com 2013. A variação é fruto da combinação do (i) aumento da amortização do diferido, por conta da

constituição de provisão para os gastos com as Licenças de Operação, e da (ii) redução da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação com fornecedores.

Encargos setoriais

Em 2014, o gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,0 milhões, redução de 1,2% na comparação com 2013, fruto principalmente da cobrança retroativa dos encargos de transmissão, no valor de R\$ 280 mil, ocorrida no mês de janeiro de 2013 e referente ao 2S12, das Usinas do Complexo Eólico da Bahia. A redução foi compensada pela correção da TUSD – Taxa do Uso do Sistema de Distribuição conforme previsto em contrato.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2014, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 12,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, incremento 28,8% na comparação com 2013, quando atingiu R\$ 9,8 milhões. O aumento tem como fatores (i) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, conforme previsto em contrato, contribuindo para o aumento de R\$ 1,5 milhão e (ii) a redução do crédito de PIS e COFINS da UHE Monjolinho e Eólicas da Bahia, pela mudança do regime de tributação do lucro real para lucro presumido contribuindo para o aumento de R\$ 1,5 milhão.

Custo com compra de energia elétrica

Em 2014 o custo com compra de energia elétrica é composto pela compra de energia da PCH Moinho no valor de R\$ 361 mil, e pela reversão de provisão para compra de energia elétrica da UTE Enercasa no valor de R\$ 957 mil, constituída ao longo de 2012.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2014 foi de R\$ 22,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,9 milhões, incremento 27,6% em comparação com 2013, quando atingiu R\$ 17,8 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos da Enex. Também contribuiu para esse aumento a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,3 milhões, apresentando redução de 1,1% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 39,7 milhões.

Essa redução é significativa, pois além da normal pressão inflacionária que seria natural de aumento, reflete o foco da Administração e Acionistas da Companhia na otimização de custos e melhoria dos processos.

As despesas operacionais representaram 18,8% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaram 18,3%, influenciado pelo efeito da GSF na receita. Excluindo-se o GSF da receita, as despesas operacionais representariam 15,4% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaram 18,7%, influenciado pelo efeito da GSF na receita.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais			Var %
(R\$ mil)	2013	2014	2013 x 2014
Despesas (Receitas) Totais	39.743	39.288	-1,1
- Gerais e Administrativas totais	42.506	39.448	-7,2
- Gerais e administrativas	37.667	26.703	-29,1
- Remuneração dos administradores	5.081	4.152	-18,3
- Provisão para perda em contrato de energia	(2.453)	5.267	-314,7
- Com estudos em desenvolvimento	2.211	3.326	50,4
- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.763)	(160)	-94,2

Despesas gerais e administrativas

Em 2014, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 26,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11 milhões, variação de -29,1% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 37,7 milhões. A redução reflete o plano de cortes de despesas operacionais implantado no final de 2013, com destaque para a Desenvix Controladora, contribuindo com R\$ 7,1 milhões, composto por redução nas contas de (a) folha de pagamento R\$ 1,1 milhão, (b) gastos com viagens R\$ 462 mil, (c) serviços de terceiros R\$ 400 mil, (d) contrato de compartilhamento de serviços com controlador R\$ 1,0 milhão, (e) implantação e manutenção do ERP R\$ 1,0 milhão, (f) aluguel R\$ 350 mil, (g) reversão de honorários advocatícios com arbitragem da Brasil Bio Energia - BBE R\$ 1,1 milhão, e (g) provisão para contingências trabalhistas em 2013 R\$ 1,6 milhão. Também contribuiu a redução das despesas das subsidiárias operacionais, e a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX. Por outro lado, o resultado de 2014 contempla provisão para bônus participação nos resultados no valor total de R\$ 2,2 milhões.

Honorários da administração

Em 2014, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,1 milhões, apresentando redução de R\$ 929 mil, variação de -18,3% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 5,1 milhões. A variação é fator da redução no número de diretores estatutários, em linha com plano de redução de despesas da Companhia, implantado ao final de 2013.

Provisão para perda em contrato de energia

As despesas contemplam provisão para penalidade Enercasa no valor de R\$ 4,4 milhões, referente ao ano de 2014. Adicionalmente contempla provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros no valor de R\$ 904 mil pelo déficit de geração.

Com estudos em desenvolvimento

As despesas contemplam investimentos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. No ano de 2014 ocorreu baixa contábil para perda dos estudos com o projeto Itacaiúnas no valor de R\$ 1,8 milhão.

Descontado o valor da baixa, a variação apresenta redução das despesas, refletindo o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento, para implementação dos mesmos, em condições favoráveis de mercado.

Outras receitas operacionais, líquidas

Em 2013, as outras (receitas) despesas operacionais líquidas atingiram uma receita de R\$ 2,8 milhões, em comparação com uma receita de R\$ 160 mil em 2014. A receita apurada no em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil, considerando a reavaliação do status dos processos jurídicos.

Resultado Financeiro

Em 2014, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 100,1 milhões, redução de R\$ 12,4 milhões, equivalente a 11,0%, na comparação com 2013, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro	2013	2014	Var %
(R\$ mil)			2013 x 2014
Despesas financeiras	131.665	126.602	-3,8
- Com financiamentos (iii)	66.786	76.121	14,0
- Cartas de fiança bancária (v)	5.236	6.741	28,7
- IOF e multa e juros sobre tributos (iv)	2.004	3.183	58,8
- Variações monetárias e cambiais passivas (ii)	27.717	26.407	-4,7
- Concessões a pagar e outras despesas	8.893	9.144	2,8
- Outras despesas financeiras (i) (vi)	21.029	5.006	-76,2
Receitas financeiras	19.212	26.522	38,0
- Com aplicações financeiras	5.579	5.974	7,1
- Variações monetárias e cambiais ativas	13.633	20.548	50,7
Resultado Financeiro	112.453	100.080	-11,0

Despesas financeiras

Em 2014, as despesas financeiras atingiram R\$ 126,6 milhões, apresentando redução de R\$ 5,1 milhões, equivalente a 3,8% na comparação com 2013, quando atingiram R\$ 131,7 milhões. Tal variação é decorrente **(i)** da redução de outras despesas financeiras, uma vez que em 2013 foi constituída provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'valho, e **(ii)** da redução da variação cambial passiva da subsidiária Energen, no valor de R\$ 2,2 milhões, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB.

Por outro lado, a redução das despesas financeiras foi parcialmente compensada pelo **(iii)** aumento de 14,0% das despesas com financiamentos, que passaram de R\$ 66,8 milhões em 2013 para R\$ 76,1 milhões em 2014, em consequência da combinação (a) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 11,6 milhões, fator do aumento do saldo do endividamento bancário, bem como do aumento da taxa de juros, uma vez que as dívidas são indexadas ao DI, do (b) aumento de R\$ 606 mil no valor dos juros amortizados do empréstimo firmado com o BNB, fator do perfil de amortização, sendo compensados pela (c) redução de R\$ 2,5 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das subsidiárias em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função dos juros pagos serem decrescentes conforme prevê o contrato, da **(iv)** correção do saldo de IOF dos mútuos *intercompany* no valor de R\$ 1,8 milhão, do **(v)** aumento das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 1,7 milhão, principalmente em função das fianças contratados nos empréstimos de curto prazo tomados pela Desenvix Controladora, bem como fianças corporativas com controladores. **(vi)** Outras despesas financeiras são compostas principalmente por (a) pagamento de R\$ 1,0 milhão de *waiver fee* para os debenturistas da 1ª emissão em função da concessão de *waiver* em abril de 2014 e (b) do diferimento dos gastos com operação de mercado de capitais no valor de R\$ 1,4 milhão.

Receitas financeiras

Em 2014, as receitas financeiras atingiram R\$ 26,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 7,3 milhões, equivalente a 38,0% na comparação com 2013, quando atingiram R\$ 19,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente **(vii)** do aumento das variações monetárias e cambiais ativas, no valor de R\$ 6,9 milhões, em função da (a) correção monetária dos recebíveis dos controladores, no valor de R\$ 4,9 milhões, além da (b) correção do saldo de recebíveis referente ao superávit de geração das Eólicas da Bahia no valor de R\$1,1 milhão.

Resultado de Participações Societárias

Em 2014, o resultado de participações societárias foi de R\$ 16,2 milhões, em comparação com um resultado de R\$ 3,0 milhões apurado em 2013.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2013		2014		Var %
					2013 x 2014
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	1.307	12.214			834,5
- Dividendos recebidos	2.859	3.856			34,9
- Ganho na alienação de investimentos	-	1.244			100,0
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)			-
Resultado de participações	3.016	16.164			435,9

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

Em 2014, o resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de

R\$ 7,0 milhões, (ii) pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 3,1 milhões e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 2,1 milhões.

Dividendos recebidos

Em 2014, a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas – CERAN (5%) no valor de R\$ 2,7 milhões e Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 1,2 milhão.

Ganho na alienação de investimentos

Em fevereiro de 2014 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 1,2 milhão como ganho pela alienação da participação mantida no FIP Energias Renováveis.

Amortização de ágio sobre investimento

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Enercasa e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2014, imposto de renda e contribuição social somaram R\$ (3,9) milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ (7,8) milhões e por IR diferido no valor de R\$ 3,9 milhões. O IR diferido é composto principalmente pela constituição de IR diferido sobre variação cambial passiva no valor de R\$ 5,9 milhões da subsidiária Energen e de IR diferido no valor de R\$ 741 mil da Controladora, sendo parcialmente compensado pela baixa de R\$ 2,4 milhões de IR diferido da subsidiária Macaúbas.

Participação de Não Controladores

Em 2014, a participação de não controladores foi de R\$ (572) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em 2014, foi registrado prejuízo de R\$ 19,5 milhões, enquanto que em 2013 apuramos prejuízo de R\$ 32,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para o efeito negativo do ajuste do GSF de R\$ 40,5 milhões.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enex. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Venda das Linhas de Transmissão**

No dia 30 de março de 2015 a Statkraft comunicou ao mercado a assinatura do acordo de venda da participação societária detida nos ativos de transmissão, compostos por Goiás Transmissão S.A. (25,5%) e MGE Transmissão S.A. (25,5%), com a EEB – Empresa de Energia de Bogotá. O fechamento da operação ocorreu em 21 de agosto de 2015, representando um importante evento de liquidez para a Companhia, no valor de R\$ 151 milhões, reforçando o caixa e melhorando a estrutura de capital, através da liquidação de parte da dívida consolidada.

- **GSF/MRE - *Generation Scalling Factor***

O Brasil passa por um período hidrológico muito crítico, que levou os reservatórios a níveis de armazenamento historicamente muito baixos, resultando na redução da participação das usinas hidrelétricas no atendimento da demanda, e consequentemente aumentando o uso de termelétricas e o preço da energia, refletido no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No âmbito comercial, o gerador hidrelétrico é penalizado, pois quando a geração hidrelétrica verificada é inferior à garantia física sazonalizada do sistema, o lastro comercial dos agentes é reduzido na proporção do déficit, por meio do fator de ajuste chamado GSF (*Generation Scalling Factor*), podendo expor o agente de geração ao mercado de curto prazo, onde este deverá adquirir energia a preços geralmente maiores que o de seus contratos, uma vez que o PLD refletirá o custo de operação de termelétricas no atendimento do sistema.

Em 2014, o valor de perda com GSF (físico dos meses de 2014) foi de R\$ 40,5 milhões (sem Passos Maia 50%, R\$1,3MM), sendo que R\$ 13 milhões afetaram o caixa em 2014 e a diferença, R\$ 27,8 milhões, serão pagos em 2015 em parcelas mensais, por estarem vinculados as usinas do Proinfa.

Vale ressaltar que no mês de junho de 2015, como medida de proteção contra o risco setorial de GSF, a Companhia decidiu pela retirada das subsidiárias Moinho e Passos Maia do MRE, visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços. Também como medida para mitigar os riscos do GSF a

Companhia adotou estratégia de sazonalização de garantia física, conforme descrito no item “Receita Líquida”.

Ainda, em 18 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou junto à Aneel a carta de adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico oferecida pela Lei nº 13.203 de 09 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684 da Aneel, optando pelo produto SP100, onde a Companhia elimina os riscos hidrológicos. Em contrapartida, a Companhia assume como obrigação prêmio de seguro anual pela transferência do risco do GSF (ou benefício de recebimento da “energia secundária”, quando há geração excedente do ambiente MRE). A adesão diz respeito às usinas Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Santa Rosa S.A.

Como efeito econômico desta medida a Companhia efetuou a reversão de R\$ 13,9 milhões de valores contabilizados como efeito do MRE/GSF, favorecendo sua receita operacional líquida. O valor revertido teve como contrapartida a contabilização de um ativo regulatório (Despesas antecipadas) no valor de R\$ 13,9 milhões, dos quais R\$ 3,1 milhões foram reconhecidos como despesa operacional com o seguro regulatório. O saldo remanescente de R\$ 10,8 milhões será apropriado ao resultado dos próximos anos para compensação da despesa com o seguro regulatório, conforme Lei nº 13.203 de 09 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684 da Aneel.

Como resultado, no ano de 2015 o efeito do GSF foi positivo em R\$ 7,5 milhões, sendo que ano anterior o valor foi negativo em R\$ 40,6 milhões.

Em julho/15 a 20ª Vara Federal de Brasília, em ação proposta pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, da qual a Statkraft faz parte, proferiu decisão liminar mediante a qual “determinou à ANEEL que até o trânsito em julgado da presente ação, abstenha-se de proceder ao ajuste do MRE, em relação às associadas da APINE ora substituídas, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto”.

Ressalta-se que as subsidiárias que aderiram à repactuação do risco hidrológico desistiram da ação acima mencionada. Todavia, para as subsidiárias que não aderiram a Lei nº 13.203 a Companhia, de forma conservadora constituiu provisão de ajuste do MRE.

• **Variação cambial de empréstimo bancário**

A subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. celebrou em 10 de setembro de 2012 contrato de financiamento de longo prazo com o China Development Bank, destinado à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros. O financiamento foi celebrado em dólar e no dia 28 de dezembro de 2012 ocorreu a liberação do financiamento no valor de US\$ 50.000 mil, com amortização em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, tendo o primeiro evento de liquidação ocorrido no mês de junho de 2013.

Em 2015, a Energen contabilizou em seu balanço variação cambial negativa de R\$ 64,4 milhões.

Visando eliminar a exposição à variação cambial, em 2015 a Companhia efetuou a liquidação da dívida com o CDB de maneira antecipada, totalizando R\$ 157 milhões de pagamento de principal

no ano, utilizando-se dos recursos recebidos por aporte de capital e venda das linhas de transmissão.

- **Baixa de ativo diferido**

Em dezembro/2015 a Companhia reconheceu a baixa de R\$ 38,4 milhões referentes a créditos de tributos diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal, por não haver expectativa de recuperação dos ativos. O saldo é composto por R\$ 32,9 milhões da subsidiária Energen e R\$ 5,5 na holding.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

Nossa receita com serviços de O&M, proveniente da nossa controlada ENEX poderá variar conforme base de clientes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Nosso endividamento bancário está atrelado à TJLP, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNDES ou taxa fixa, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **ENEX** - No início de setembro de 2011 a Companhia adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Companhia detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Companhia passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.

- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

No dia 21 de agosto de 2012 a Companhia aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%.

- **Usina Hidrelétrica de São Roque** - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%.

No dia 14 de janeiro de 2013, a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Companhia, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix.

- **Statkraft Investimentos Ltda (anterior SN Power)** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Companhia. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em razão de alteração no controle acionário do Grupo SN POWER (Joint-Venture das empresas norueguesas Statkraft AS e Norfund AS), ocorrida no mês de junho de 2014, a partir de 18 de junho de 2014, a SN Power Brasil Investimentos Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Investimentos Ltda., mantendo os mesmos números do CNPJ e Municipal.

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Companhia adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a apresentar a seguinte posição acionária Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 36,84% do capital social total e votante, Statkraft Investimentos Ltda com 44,47% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,7% do capital social total e votante.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 6.118.955 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson – 35,01%; Statkraft Investimentos Ltda– 46,30% e FUNCEF - 18,69%.

Em 13 de Julho de 2015 a Companhia divulgou ao mercado o Fato Relevante, confirmando a conclusão da operação de alteração de controle acionário em que a Statkraft Investimentos Ltda adquiriu a totalidade das ações detidas pelo grupo Jackson na Companhia. Mediante a conclusão desta operação, a Statkraft Investimentos Ltda agora detém 81,31% do capital total da Companhia e FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) manteve sua participação em 18,69% do capital total.

- **Enercasa** – Através da operação de consolidação do controle da Companhia, finalizado em 13 de Julho de 2015, foi transferido do controle da Enercasa Energia Caiuá S.A., detentora da Usina Termelétrica Enercasa, para o Grupo Jackson através do fundo Caixa FIP Cevix.
- **Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis** - Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, em 18 e fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente “FIP IE ER”, no qual detia participação de 6,25%.
- **Goiás Transmissão S.A. (25,5%) e MGE Transmissão S.A. (25,5%)** – em 21 de agosto de 2015 a Companhia divulgou através de fato relevante a conclusão da operação de venda de sua participação nos ativos de transmissão para a Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil - Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei n.º 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB.

No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis que foram aplicados nas nossas demonstrações financeiras dos exercícios.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias quando da apresentação das demonstrações financeiras para o período a findar a partir de em 31 de dezembro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que impactaram nossas demonstrações financeiras.

Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação

presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1^o de janeiro de 2009.

Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

Consolidação

Com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, informamos que nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passou a ser consolidada, a partir de 1^o de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentaremos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do

CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

(iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Não há impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.

(v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

(vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

(vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

As normas que tem impacto no Grupo são CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto e IFRS 10 e CPC 36 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios da investida Passos Maia Energética S.A. caracterizam um empreendimento controlado em conjunto.

Em decorrência desta alteração a Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a sua participação na consolidação proporcional na investida reconhecendo o mesmo por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo rerepresentadas conforme abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>			<u>1 de janeiro de 2012</u>		
	<u>Original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Rerepresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Rerepresentado</u>
Ativo						
Circulante	184.033	(3.680)	180.353	123.676	(2.855)	120.821
Não circulante	<u>1.762.845</u>	<u>(47.242)</u>	<u>1.715.603</u>	<u>1.607.341</u>	<u>(40.317)</u>	<u>1.567.024</u>
Total do ativo	<u>1.946.878</u>	<u>(50.922)</u>	<u>1.895.956</u>	<u>1.731.017</u>	<u>(43.172)</u>	<u>1.687.845</u>
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	310.083	(7.194)	302.889	381.493	(2.848)	378.645
Não circulante	949.330	(43.728)	905.602	751.388	(40.324)	711.064
Total do patrimônio líquido	<u>687.465</u>		<u>687.465</u>	<u>598.136</u>		<u>598.136</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.946.878</u>	<u>(50.922)</u>	<u>1.895.956</u>	<u>1.731.017</u>	<u>(43.172)</u>	<u>1.687.845</u>

Resultado	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida operacional	198.227	(11.205)	187.022
Custo do serviço de energia elétrica	(90.989)	5.246	(85.743)
Despesas gerais e administrativas	(52.165)	607	(51.558)
Amortização ágio	(1.150)		(1.150)
Resultado financeiro	(85.214)	3.235	(81.979)
Participação no resultado de coligadas	4.952	1.586	6.538
Imposto de renda e contribuição social	(5.283)	457	(4.826)
Prejuízo do período	(31.622)		(31.622)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(31.998)		(31.998)
Participação dos não controladores	376		376
Lucro básico por ação	(0,2735)		(0,2735)
Lucro diluído por ação	(0,2735)		(0,2735)

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 13 de julho de 2015 o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior. Também o parágrafo menciona que a administração estava presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionados à investigação, de modo que as demonstrações financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos do assunto, não cabendo ressalva em virtude do assunto.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Statkraft Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto.

10.5 Os diretores devem comentar Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas

demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2015 contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	%
	<u>Taxa média ponderada</u>
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	4,23
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,99
Máquinas e equipamentos	4,31
Móveis e utensílios	6,25
Equipamentos informática e outros	14,29
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,66
Máquinas e equipamentos	4,00

Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas de depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua

vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

Reconhecimento de receitas

a- Venda de energia elétrica

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebido pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia.

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobrás, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

b-Contrato de Energia de Reserva – CER

As SPEs UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra firmaram em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 199,96 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Energen se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,50/MWh (R\$ 217,83 em 31/12/2015), atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para estes contratos é definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

c-Venda de serviços

A empresa Enex, controlada do Grupo, presta serviços de Operação e Manutenção (O&M) de usinas de geração de energia do Grupo e de terceiros.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado.

Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre ano e até cinco anos.

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença

ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.

São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.

A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

c) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes emitiram “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborados em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014”, no qual informam aos nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 26 recomendações classificadas como outras deficiências.

Outras deficiências são aquelas que não são deficiências significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração.

Até a data da publicação deste documento não recebemos o relatório de recomendações referente ao ano de 2015.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 1 “Contexto Operacional” das Demonstrações Financeiras da Statkraft Energias Renováveis S.A. do ano de 2015, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior. Presentemente, a administração está avaliando os resultados e/ou ações a tomar, e não existem informações suficientes para determinar se alguma provisão para perdas é requerida. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não havia recebido qualquer intimação ou questionamento em relação a esses contratos, tampouco não existem processos em andamento relacionados a esse assunto.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2015 a Companhia não realizou a implantação de nenhum empreendimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2015 nosso Portfólio de Projetos era composto por 11 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (196,5 MW próprios) e 19 Projetos em Desenvolvimento (740,2 MW próprios), totalizando 2.434,9 MW, sendo 936,7 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, como CPFL, EDP, CEEE, CHESF, COPEL, CELESC, CEMIG, Neoenergia, Eletronorte, Eletrosul, dentre outros; o que nos permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas, conforme detalhado na tabela abaixo), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 19 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 30 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2015, investimos cerca de R\$ 105.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e demais diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição

patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2015 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 4 diretores.

Ao final de 2015 não adotávamos uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Todavia, a partir de 2016 a Companhia adotará política de remuneração variável do grupo Statkraft e que será apresentada ao Comitê de RH e Conselho de Administração.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2015 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	257.599,98	1.897.499,33	93.930,87	2.249.030,18
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	51.520,00	379.499,87	18.786,17	449.806,04
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	1.147.532,40	-	1.147.532,40
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	309.119,98	4.868.469,95	112.717,04	5.290.306,97

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) A remuneração deliberada na AGO do dia 23.04.2015 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2016 até 30 de abril de 2017.

2014 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	237.479,97	3.135.849,66	86.584,30	3.459.913,93
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	47.495,99	627.169,93	17.316,86	691.982,79
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	287.807,95	5.034.328,84	140.602,32	5.423.205,97

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	225.600,00	3.852.466,50	88.000,00	4.166.066,50
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.120,00	852.493,30	17.600,00	915.213,30
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	270.720,00	4.704.959,80	105.600,00	5.081.279,80

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2014 e 2015, distribuimos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$1.271mil e R\$1.444 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2015 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	6,50	5,17	3,00	14,67
Bônus	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.443.938,35	-	1.443.938,35
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2013 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Ao final de 2015 não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários. A partir de 2016 a Companhia passara a adotar plano de previdência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	5,17	5,75	7,08	6,50	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	599.420,00	738.800,00	660.000,00	128.799,99	118.739,99	112.800,00	46.965,43	43.292,15	44.000,00
Valor da menor remuneração	599.420,00	376.074,99	356.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	599.420,00	545.321,00	770.493,30	128.799,99	118.739,99	112.800,00	46.965,43	43.292,15	44.000,00

Observações:

Diretoria Estatutária

31/12/2015	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2015.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1,0.</p>
-------------------	--

31/12/2014	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2014.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2014. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretores que não exerceram o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2013.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 11 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2013. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p>

Conselho de Administração

31/12/2015	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.</p>
31/12/2014	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>

Conselho Fiscal

31/12/2015	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2015.</p>
31/12/2014	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/15	dez/14	dez/13
Diretoria Estatutária	0	0	2,1%
Conselho de Administração	0	0	0

Conselho Fiscal	0	0	0
-----------------	---	---	---

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/15	dez/14	dez/13
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2016 até 30 de abril de 2017, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ R\$ 6.017.170,24. Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado, bem como benefícios.

Maio 2016 a abril 2017 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,00	6,00	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	244.311,00	3.548.771,73	191.577,62	3.984.660,36
- Benefícios diretos e indiretos	-	860.000,00	-	860.000,00
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	48.862,20	1.085.332,16	38.315,52	1.172.509,88
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-

Maio 2016 a abril 2017 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	293.173,20	5.494.103,89	229.893,15	6.017.170,24

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
- (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.
- (3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

12.6.1 Membros da Diretoria

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para a Diretoria da Companhia.

12.6.2 Membros do Conselho de Administração

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho de Administração.

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Austin Laine Powell	57	Engenheiro	440.949.160	Conselheiro efetivo	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Diretor Presidente e Relações com Investidores	Sim
Kjersti Ronningen	48	Administradora	25032484	Conselheira efetiva	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim
Asbjorn Grundt	51	Cientista	25297974	Conselheiro efetivo	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim
Ruy Nagano	34	Engenheiro	839.635.701-30	Conselheiro efetivo	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim
Lucimara Morais Lima	47	Advogada	115.959.948-31	Conselheiro efetivo	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim
Laurent Gonzalo	36	Economista	063.427.187-33	Conselheiro suplente	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas	Nenhum	Sim

							de 2017		
Simen Braein	43	Cientista Político	063.292.317-29	Conselheiro suplente	31.05.15	31.05.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2017	Nenhum	Sim
Tron Engebretsen	60	Engenheiro	29514835	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Angelo Nonato de Sousa Lima	37	Economista	690.662.561-68	Conselheiro suplente	12.05.14	12.05.14	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim

12.6.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Rodrigo Pinheiro Machado Fernandes Maia	50	Economista	604.915.239-04	Conselheiro efetivo	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das contas de 2016	Nenhum	Sim
Paula Beatriz Cerqueira Leite	32	Engenheira Eletricista	098.619.927-31	Conselheira efetiva	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das contas de 2016	Nenhum	Sim
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	XX	Contador	402.707.346-00	Conselheiro efetivo	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das contas de 2016	Nenhum	Sim
Saulo Macedo Freitas	55	Contador	218.148.721-91	Conselheiro suplente	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das contas de 2016	Nenhum	Sim
José Pedro de Barros Pradez	34	Engenheiro de Produção	089.417.767-24	Conselheiro suplente	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação das contas de 2016	Nenhum	Sim
Edgar Silva	29	Engenheiro Eletricista	052.336.889-56	Conselheiro suplente	31.05.16	31.05.16	Até a AGO de aprovação	Nenhum	Sim

							das contas de 2016		
--	--	--	--	--	--	--	-----------------------	--	--

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para os Comitês de Assessoramento da Companhia.

12.8 Com relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

Membros do Conselho de Administração:

ASBJORN GRUNDT, possui mestrado em ciência da computação e economia industrial pelo Instituto Norueguês de Tecnologia e é Mestre em gestão de BI pela Norwegian Business School. O Sr. Abjorn é um experiente líder, com profundo conhecimento em gerenciamento de Energia, Comércio e Desenvolvimento de Negócios. Atualmente o Sr. Asbjorn ocupa o cargo de Vice Presidente Executivo, Chefe da área de negócios de Operações do Mercado e de TI na Statkraft que teve início em 2000 como Chefe de Gestão de Energia nos países nórdicos, em 2002 passou a exercer a função de Diretor de Trading & Originação, função que ocupou até 2008, de 2008 à 2010 Sr. Asbjorn assumiu o cargo de Chefe de Negócios para o segmento Trading e Operações Continentais. Antes de ingressar na Statkraft o Sr. Asbjorn ocupou várias posições na divisão de energia da Norsk Hydro, e também atuou como pesquisador a serviços do Departamento de Defesa da Noruega.

KJERSTI RONNINGEN, administradora formada em Organização de Empresas e Finanças Internacionais pela Universidade Heriot Watt, em Edinburgh, Escócia. A Sra. Kjersti iniciou sua carreira na Statkraft em 2008 ocupando o cargo de Gerente de Auditoria Interna, em 2013 atuou como Gerente de Interação e em 2014 passou a exercer a função de Senior Vice Presidente de Finanças para o segmento de International Hidro. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Kjersti atuou como auditora financeira na empresa Grøndahl & Dreyer até 1993, no ano seguinte atuou como gerente financeira pela mesma Companhia. Em 1995 atuou como Controller na NCA – Nippon Cargo Airlines, responsável pelos continentes Africanos e Asiático. No ano de 1998 ingressou na Orkla onde atuou como auditora interna até 2005, ano em que foi promovida para o cargo de Vice-chefe de auditoria interna, cargo que exerceu até 2008.

AUSTIN LAINE POWELL, O Sr. Austin é Mestre e Bacharel em Administração de Empresas com honras pela Universidade do Texas. Há três anos na SN Power, Laine Powell ocupa atualmente os cargos de Gerente Geral para a SN Power Chile, supervisionando as atividades da empresa, e de Gerente Geral da empresa Energia Tinguiririca, uma parceria entre a SN Power e a Pacific Hydro no Chile. A Tinguiririca Energia é proprietária e opera duas UHEs (310 MW), no Vale Tinguiririca da Região VI, no Chile. Antes de ingressar na SN Power, Powell trabalhou na Duke Energy International 2002-2009, como Diretor de Operações para o Brasil, sendo também responsável por seus ativos localizados na Argentina e na Bolívia. Destaca-se ainda sua atuação

na Enron Internacional, tendo ocupado várias posições ao longo de 08 anos de atividade. Na Companhia, atua como membro efetivo do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 12 de maio de 2014 e como Diretor Presidente.

RUY NAGANO, É graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (UnB), concluído em 2003. Durante os últimos cinco anos trabalhou: (i) 2005 a 2008 como analista financeiro na gerência de Relações com Investidores na Brasil Telecom, (ii) 2007 a 2008, como gerente de RI e análise de investimentos, na Moura Dubeux Engenharia, (iii) de 2008 a 2009, como coordenador da Gerência de Captação e Administração de Recursos Financeiros na Brasil Telecom, e (iv) em 2010, como analista de participações societárias da FUNCEF. Na Companhia atua como membro do Conselho de Administração desde setembro de 2010.

LUCIMARA MORAIS LIMA, Advogada, bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (“FADUSP”); mestre em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (“FADUSP”); MBA em Finanças e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas; graduanda em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); Gerente Jurídica da FUNCEF, função que desempenha desde agosto de 2011; membro da Comissão Técnica Nacional de Assuntos Jurídicos da ABRAPP

ANGELO NONATO DE SOUSA LIMA, Sr. Angelo Nonato de Sousa Lima é formado em Ciências Econômicas e Pós Graduado em Gestão Executiva em Fundos de Pensão. Ingressou em setembro de 2001 na FUNCEF, tendo atuado em diversas áreas, entre elas Gerência de Controles e Risco e Gerência de Segurança, onde atuou como Analista. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011 atuou como Coordenador da área de Gerência de Atendimento. Desde novembro de 2011 vem atuando como Consultor Especial da Presidência. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho de Administração.

TRON ENGBRETHSEN, é Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica de Trondheim, Noruega. Atualmente o Sr. Tron ocupa o cargo de Vice Presidente Sênior Chefe de Desenvolvimento Industrial na Área de Negócio Internacional da Hidro Statkraft. O Sr. Tron possui experiência executiva na indústria de energia hidrelétrica, anteriormente como Diretor de Produção da Statkraft com o portfólio de 180 plantas (1996-2013). Diretor Regional (1995-1996); Gerente de Informações (1994-1995); Gerente Técnico (1992-1994); Gerente Operacional para os ativos da Statkraftsverkene (atualmente Statkraft e Statnett, 1991-1992); Vice Diretor de Produção (1988-1996); Gerente Técnico e Nacional de Despacho, ambos em Powerplants e Main Grade (1980-1991).

SIMEN BRAEIN, é formado em Ciências Políticas pela Universidade de Oslo (UiO) e atualmente ocupa a posição de Vice Presidente responsável pela Integração da Companhia com o modelo de gestão da Statkraft. Trabalha na Statkraft desde 2008, tendo atuado na Gestão Estratégica da Companhia e sendo parte do Conselho de Administração da empresa SN Power. Anteriormente trabalhou na Embaixada Norueguesa em Belgrado (2005-2008), foi Consul da Noruega em San Francisco/EUA (2001-2005) e trabalhou no Ministério de Relações Exteriores da Noruega (1998-2002).

LAURENT GONZALO, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Barcelona (2003) e Gestão pela Universidade de Fribourg (2004), bem como MBA pela Accademie Suisse (2008). Atualmente ocupa a posição de Controller na Companhia. Está na Statkraft desde 2013,

onde ocupou a função de Consultor Senior em assuntos estratégicos e relacionados às demonstrações financeiras do grupo. Anteriormente trabalhou na KPMG na auditoria e consultoria, tendo sido gerente de consultoria (2004-2013).

Membros do Conselho Fiscal:

HÉLIO RICARDO TEIXEIRA DE MOURA, Mestre em Engenharia de Produção, com Ênfase em Planejamento e Custos. Professor Universitário em várias disciplinas e IES, na Graduação e Pós, além de Perito Contábil, atuando pelo Juízo em diversas várias e Instâncias, na Capital e região.

RODRIGO PINHEIRO MACHADO FERNANDES MAIA, é economista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1987, pós-graduando com especialidade em Projetos de Investimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1988 e mestrado em Business Administration pela Syracuse University School of Management, Syracuse/NY, USA em 1999. O Sr. Rodrigo iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2012 ocupando o cargo de Head da Área de Riscos no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Rodrigo ocupou a posição de Gerente de Gestão de Riscos no Brasil na AES BRASIL, cargo que ocupou até junho de 2012. Atuou também como gerente de Controle de Risco na Light Serviços de Eletricidade S.A. (2011 – 2012). Na Companhia, atua como membro do Conselho Fiscal.

JOSÉ PEDRO DE BARROS PRADEZ, engenheiro de produção formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA em finanças pela Northwestern University – Kellogg School of Management. Desde 2015 atua na Statkraft como Analista de Gestão de Portfólio de energia. Anteriormente atuou na área de gestão estratégica, sendo co-fundador da B&Z Global Strategies (2012-2015), trabalhando na rede Walmart (2010-2011) e na McKinsey & Company (2010). Adicionalmente atuou na área de projetos na Petrobrás (2008-2009) e na PUC-RJ (2006-2008).

PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE, É graduada em Engenharia Elétrica, com ênfase em sistemas de apoio a decisão, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 e mestrado em Engenharia Elétrica, Processamento de Sinais e Controles, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2008. O Sra. Paula iniciou sua carreira na Statkraft em abril de 2014 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Paula atuou como Analista Sênior de Risco, função que exerceu de março de 2012 até a março de 2014. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho Fiscal.

SAULO MACEDO FREITAS, Formado em Ciências Contábeis, com especialização em Análise e Auditoria Contábil e MBA em Padrões Internacionais de Auditoria Interna. Foi empregado da CAIXA por 29 anos, no período de 28/05/1984 a 30/06/2013, dos quais 19 na Auditoria Regional de Goiânia/GO, nos cargos de Auditor Junior, Pleno, Sênior e Gerente Eventual da AUDIR/GO; e Instrutor Interino da CAIXA por 14 anos. Cursando a terceira e última fase do Exame CIA – Certificação Internacional Auditor e o CPA-20 – Certificação Profissional da ANBIMA.

EDGAR DA SILVA, engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente ocupa a posição de Analista na área de Origination e Energy Management na Statkraft (desde 2015). Anteriormente atuou em posições relacionados ao mercado de energia, tendo atuado na Desenvix (2012-2015), Delta Energia (2011-2012) e Electrabel (2010-2011).

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.